

2021

# Relatório Anual 2021

Mecanismo Independente de Consulta e Investigação

UM ANO DE  
TRANSIÇÕES

## Relatório ANUAL MICI 2021

Este Relatório Anual foi desenvolvido sob a supervisão de Andrea Repetto Vargas, diretora do MICI.

Edição e coordenação: Esteve Sala.

Entradas de conteúdo: Gastón Aín, Kattya Araya, Andrés Bornacelli, María Elisa Dugo, Marcos Favero, Sebastian Gonzalez, Andrea Guevara, Eva Heiss, Martín Packmann, Andrea Repetto, Esteban Tovar e Julio Vázquez Aguilar.

Coordenação de traduções e revisão de conteúdo: Rebeca García, Sebastian Gonzalez, Sara Ureña e Julio Vázquez Aguilar.

Design gráfico: Giacomo Cicirello.

Fotografias: Equipe MICI.

### Catálogo na fonte fornecida pela Biblioteca Felipe Herrera do Banco Interamericano de Desenvolvimento

Mecanismo Independente de Consulta e Investigação: Relatório anual 2021 / Banco Interamericano de Desenvolvimento.

p. cm. 1. Development banks-Latin America-Yearbooks. 2. Social responsibility in banking-Latin America. 3. Economic development projects-Social aspects-Latin America. 4. Economic development projects-Environmental aspects-Latin America. I. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Mecanismo Independente de Consulta e Investigação.

IDB-AN-00312.



Copyright © 2022 Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons IGO 3.0 Atribuição-NãoComercial-SemDerivações (CC BY-NC-ND 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/igo/legalcode>) e pode ser reproduzida com atribuição ao MICI e para qualquer finalidade não comercial. Nenhum trabalho derivado é permitido.

Qualquer controvérsia relativa à utilização de obras do BID que não possa ser resolvida amigavelmente será submetida à arbitragem em conformidade com as regras da UNCITRAL. O uso do nome do BID para qualquer outra finalidade que não a atribuição, bem como a utilização do logotipo do BID serão objetos de um contrato por escrito de licença separado entre o BID e o usuário e não está autorizado como parte desta licença CC-IGO.

Note-se que o link fornecido acima inclui termos e condições adicionais da licença.

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de sua Diretoria Executiva, ou dos países que eles representam.

# Relatório Anual 2021

Mecanismo Independente de Consulta e Investigação



# Conteúdo

<b>Mensagem da diretoria executiva</b> .....	2
<b>Mensagem da diretora</b> .....	3
<b>Principais destaques de 2021</b> .....	4
Em Fase de Consulta .....	6
Em Fase de Verificação da Observância .....	7
Em promoção do acesso .....	8
<b>Uma avaliação para fortalecer o Mecanismo</b> .....	12
<b>Carteira de reclamações em 2021</b> .....	14
As reclamações em números .....	16
Gestão de reclamações com risco de represálias .....	20
<b>O gerenciamento em 2021, caso por caso</b> .....	21
Casos gerenciados na Fase de Consulta .....	22
Casos gerenciados na Fase de Verificação da Observância.....	33
Reclamações gerenciadas na etapa de admissibilidade.....	42
Reclamações gerenciadas na etapa de registro .....	44
<b>Anexos</b> .....	52
Anexo 1. Orçamento 2021 .....	53
Anexo 2. Divulgação em 2021 .....	54

# Mensagem da diretoria executiva

Como a principal fonte de financiamento para o desenvolvimento para a América Latina e o Caribe, o Grupo BID oferece não apenas financiamento, mas também uma riqueza de conhecimentos, ferramentas e boas práticas para compartilhar com a região da ALC. Uma área-chave de especialização que o Grupo BID fortaleceu nos últimos anos é a sustentabilidade ambiental e social. O Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (MICI) é uma parte importante do conjunto de ferramentas do Grupo BID para garantir que as considerações ambientais e sociais sejam fundamentais para melhorar as contribuições do Grupo BID para o desenvolvimento da região.

Em 2021, o Grupo BID aprovou um novo Marco de Políticas Ambientais e Sociais (ESPF) que coloca o Grupo BID na vanguarda dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento. O novo Marco estabelece novos padrões ambiciosos, coloca o respeito pelos direitos humanos no centro de suas políticas ambientais e sociais e inclui um padrão específico e autônomo sobre igualdade de gênero. Ao ajudar a garantir o cumprimento do ESPF, o MICI atua como um mecanismo de prestação de contas fundamental para o Grupo BID. De fato, com o novo ESPF instalado, o trabalho do MICI é mais importante do que nunca. Além de verificar o cumprimento das Políticas Operacionais relevantes do Grupo, o MICI também começou a se valer de seu conhecimento e experiência para compilar lições aprendidas e melhores práticas que são um recurso inestimável, não apenas para o Grupo BID, mas também para seus clientes e outras partes interessadas.

À medida que o MICI inicia sua segunda década, esperamos colaborar com o MICI para continuar a fortalecer seu trabalho para maximizar o impacto positivo do desenvolvimento a partir das atividades do Grupo BID na América Latina e no Caribe.

---

## Donald Bobiash

Director Ejecutivo

Presidente do Comitê de Políticas e Avaliação do BID (desde julho de 2021)

A conscientização da responsabilidade social e da prestação de contas a cargo dos órgãos internacionais de financiamento cresceram significativamente nas últimas décadas. Hoje, mais do que nunca, compreendemos que o desenvolvimento somente pode ser autenticamente eficaz se considerar a realidade social, econômica, institucional e cultural dos países e das comunidades os quais queremos servir. Nossa eficácia não é medida apenas com a nossa colaboração para melhorar a presente situação, mais especificamente, avaliando como garantimos que deixemos um mundo melhor para as próximas gerações.

O Grupo BID não está alheio a esta visão, nem a este compromisso em nossa região. Desde sua criação, em 2010, o MICI é um órgão fundamental para aumentar a prestação de contas de todo o Grupo. No entanto, durante o último ano, a análise independente apresentada ao Escritório de Avaliação e Supervisão (OVE) sobre o trabalho do Mecanismo fez um destaque, mais precisamente em relação a um aspecto básico: todos os participantes do Grupo BID, desde a diretoria até as equipes de projeto, são corresponsáveis pela garantia de que todas as nossas operações sejam sustentáveis do ponto de vista social e ambiental. Nessa responsabilidade compartilhada, cada parte tem a sua própria função. O MICI é o último elo de uma longa cadeia de governança para remediar possíveis danos indesejados e para gerar aprendizados que contribuam com uma prestação de contas mais eficiente. Porém ainda podemos fazer mais. Confio e desejo que nos próximos anos, a partir das recomendações do OVE e com a nova liderança do MICI, o Mecanismo tenha uma incidência ainda maior em todo o Grupo e um impacto positivo real que reflita na efetividade das ações e dos projetos do Grupo BID na América Latina e no Caribe.

---

## Jose Guilherme Almeida dos Reis

Director Ejecutivo

Presidente do Comitê de Políticas e Avaliação do BID (julho de 2020 - junho de 2021)



# Um ano de transições

Para o MICI, 2021 foi um ano de grandes e importantes mudanças. Ao nosso contexto geral, marcado por mais um ano da exceção causada pela covid-19 e pelas resultantes dificuldades adicionais na gestão de casos e do conjunto de atividades, se somaram substituições em nossa equipe, incluindo a saída da coordenadora da Fase de Verificação da Observância, Arantxa Villanueva, e de vários consultores de ambas as fases, além da minha chegada ao MICI ocupando o cargo de diretora. Para mim, foi um ano de muitos aprendizados com relação ao importante trabalho de desenvolvimento realizado pelo Grupo BID na região e aos diversos desafios apresentados. Desde o primeiro instante, eu tenho contado com o acolhimento e o constante apoio por parte de toda a equipe do MICI, da diretoria executiva, das administrações do BID e do BID Invest, dos solicitantes, da sociedade civil e dos colegas de instituições pares. Sinto-me imensamente grata por todo esse apoio e aprendizado, e agradeço a cada um de vocês por essa oportunidade.

Neste primeiro ano, eu tive como objetivo resgatar o melhor do legado e da experiência da primeira década do MICI e, ao mesmo tempo, escutar a todas as vezes, verificar quais são as oportunidades existentes para criar um mecanismo ainda mais robusto e eficiente. Nesta análise foi particularmente importante a avaliação externa realizada pelo Escritório de Avaliação e Supervisão (OVE) durante mais de dois anos e cujas conclusões foram publicadas bem antes da minha chegada. O diagnóstico, com um enfoque integral na prestação de contas do Grupo BID, e as cinco recomendações feitas criaram um plano de melhoria contínua com objetivos claros, como a eliminação da cláusula de exclusão legal que limitava os casos admissíveis para um processo do MICI, a necessidade de fortalecer a independência do mecanismo e a coordenação necessária com os mecanismos de atenção às reclamações do BID, do BID Invest, entre outros. Convencidos de que o relatório do OVE seria fundamental para o fortalecimento do MICI, assim como ocorreu com a primeira avaliação realizada em 2012, desde o primeiro instante nós colocamos em prática um plano de ação que nos permitirá avançar, nos próximos cinco anos, no fortalecimento do sistema de prestação de contas do Grupo BID, além dos resultados ambientais e sociais dos projetos que são financiados.

Com relação aos casos atendidos, nós também obtivemos um progresso notável durante este ano. O número de novas reclamações se normalizou após a queda registrada no primeiro ano de pandemia, e os esforços do MICI e de nossas contrapartes para compensar a complexidade adicionada pela gestão à distância renderam bons resultados. Na conclusão dos casos, transformamos em prática comum a realização de encontros de reflexão com todas as partes envolvidas no processo, dos quais estamos absorvendo valiosos aprendizados e pontos de melhoria concretos. Este ano também concluímos uma Verificação da Observância na Guatemala, tecnicamente muito complexa e com inovações importantes para o MICI, como a primeira recomendação de retirada responsável. Este conceito fundamental nos obriga a refletir sobre possíveis passivos ambientais e sociais por vezes deixados pelos projetos e o que aconteceria com eles caso a instituição retirasse o financiamento de um projeto, ou a relação deixasse de existir por qualquer motivo.

Juntamente com esses avanços, o MICI contou com o apoio incansável da diretoria executiva, que tem desempenhado um papel fundamental nesta fase de transição e na consolidação da equipe. A diretoria aprovou uma nova estrutura do mecanismo, incorporando posições nas fases de Consulta e Verificação da Observância que permitem proporcionar ao mecanismo mais estabilidade e fortalecer suas capacidades para atender melhor às comunidades da região e ter definitivamente um impacto maior dentro e fora da instituição. Acreditamos que esta nova estrutura nos fortalecerá e ajudará a enfrentar os vários desafios que temos para resolver. Também, neste sentido, o MICI redobrou seus esforços para promover sua acessibilidade e o bom relacionamento com partes relevantes visando buscar uma melhor coordenação com as administrações do BID e do BID Invest, e para nos aproximar mais e trabalhar de maneira mais estreita com os reclamantes, as comunidades da região e as organizações da sociedade civil.

Todos esses fatores, solidificados por um trabalho coletivo de mais de uma década, nos posicionam em um ponto de inflexão importante para o mecanismo. Partimos de bases sólidas, colocadas à prova com a primeira avaliação do OVE e reforçadas mediante a mudança da política que ocorreu subsequentemente, e o dedicado esforço de consolidação institucional do MICI sob a liderança de Victoria Márquez-Mees e de Arantxa Villanueva. Esta segunda avaliação apresenta os avanços concretizados e hoje estamos em melhor disposição para que o MICI continue servindo melhor às comunidades da região que precisam da nossa instituição, como também para fazer contribuições importantes para o fortalecimento do cumprimento das políticas ambientais e sociais do Grupo BID, à sustentabilidade de seus respectivos projetos e a responsabilidade social e ambiental de todas as operações. Espero que todos os esforços de 2021, os quais apresentamos neste relatório, nos permitam continuar construindo um MICI mais forte, mais aberto e mais eficaz ao serviço da América Latina e do Caribe por muitos anos.

---

**Andrea Repetto**  
Diretora do MICI

# Principais destaques de 2021

3.634



Em 2021, mais de 3.600 pessoas participaram nos 27 eventos com participação do mecanismo, tanto com o Grupo BID como com audiências externas.

29

Em 2021, o MICI gerenciou um total de 29 reclamações.

Três dessas reclamações correspondem ao BID Invest e as demais correspondem a projetos do BID. Durante o ano, a gestão de 17 das 29 reclamações foi finalizada.

Em 2021, o mecanismo recebeu 19 reclamações novas, 44% a mais do que a média dos últimos seis anos, quando a atual política do MICI entrou em vigência.

44%

Desde 2015, este número de reclamações recebidas é um recorde para um único ano.

A gestão do 73% das novas reclamações concluiu as etapas de registro ou de admissibilidade.

A fase de Consulta gerenciou 10 casos:

10

quatro novos e seis recebidos em anos anteriores. Metade dos casos que iniciou o processo de diálogo chegou a um acordo.

A Fase de Verificação da Observância gerenciou quatro casos.

4

O primeiro caso que concluiu todas as etapas das fases contempladas na política foi encerrado. Uma investigação foi concluída e dois planos de ação com medidas corretivas estão em andamento.

55%

Em 2021, os reclamantes manifestaram temer possíveis represálias em 55% dos casos administrados pelo MICI. Este ano foi elaborada uma análise de riscos para 13 reclamações.



## Segunda avaliação do MICI

Em abril, o Escritório de Avaliação e Supervisão (OVE) emitiu uma avaliação sobre o MICI, que constatou importantes avanços nas operações e na consolidação do mecanismo e formulou cinco recomendações para fortalecer a prestação de contas do Grupo BID. O MICI elaborou um plano de ação com 17 ações, que já começaram a ser implementadas.

## Gestão remota durante a COVID-19

Pelo segundo ano consecutivo, as restrições de viagem decorrentes da pandemia impuseram desafios adicionais para gerenciar de forma remota todos os casos. Mesmo assim, em dois processos de diálogo ativos na fase de Consulta, foram realizados acordos entre as comunidades afetadas, os responsáveis pelos projetos e o BID. Outro caso também foi encerrado com sucesso e todos os aspectos acordados foram implementados.

## Retirada responsável

A fase de Verificação da Observância dá prosseguimento a dois planos de ação da administração para atender às constatações das reclamações. Na investigação concluída em 2021, o MICI recomendou, pela primeira vez, que sejam contempladas medidas ambientais e sociais corretivas inclusive no caso de que o BID Invest decida se retirar dos projetos.

## Estreitando laços

Antes da situação da pandemia, o MICI havia reforçado o seu contato assíduo com organizações da sociedade civil (OSCs) da região e outras partes relevantes. Além do segundo encontro com entidades do Caribe, o MICI ampliou sua colaboração com instituições acadêmicas e especialistas em mediação, prestação de contas e sustentabilidade em projetos de desenvolvimento. Todas essas atividades foram realizadas totalmente de maneira virtual.

## Novas lideranças

Em março, Andrea Repetto Vargas assumiu a direção do MICI após um processo seletivo competitivo. Andrea é chilena e advogada com mais de 15 anos de experiência em mecanismos de prestação de contas. Para este primeiro ano, Andrea definiu como principais objetivos fortalecer a acessibilidade e a abertura do mecanismo, e potencializar o aprendizado institucional. Em contrapartida, Arantxa Villanueva, coordenadora da fase de Verificação da Observância desde 2016, e diretora interina desde julho de 2020, encerrou sua etapa no MICI depois de nove anos.

# Em Fase de Consulta

## A primeira reclamação com monitoramento remoto tem êxito

Em agosto foi encerrada a reclamação pertinente ao projeto de acesso de pedestres do centro de San Carlos de Bariloche, um dos epicentros turísticos da Argentina ([MICI-BID-AR-2019-0144](#)). Embora os compromissos fundamentais do acordo tenham sido cumpridos em poucos meses, o MICI continuou acompanhando a implementação de outros aspectos mais complexos, como a elaboração de um plano de mobilidade para a cidade. Mais informações estão disponíveis neste [documento de resumo](#).

## Chegando a acordos a mais de 6.000 Km

Este ano, a fase de Consulta recebeu quatro novas reclamações, que iniciaram o processo de avaliação e diálogos totalmente de maneira remota. As partes chegaram a um acordo em dois destes casos. Um deles envolverá melhorias nas vias de acesso aos territórios indígenas de Ujarrás e Salitre, na Costa Rica ([MICI-BID-CR-2021-0171](#)). O outro acordo contempla cinco aspectos fundamentais com relação ao Programa de Desenvolvimento de Áreas Metropolitanas do Interior na cidade de Granadero Baigorria, em Santa Fe, Argentina ([MICI-BID-AR-2021-0164](#)).



## Inovação nos processos de diálogo virtuais

Desde 2020, a fase de Consulta está intermediando um processo de diálogo acerca da construção da Rodovia 4G Ruta del Cacao (Rota do Cacao), na Colômbia ([MICI-CII-CO-2019-0152](#)) de forma totalmente remota. Em 2021, acordos parciais foram alcançados graças à vontade e aos grandes esforços envidados por todas as partes envolvidas para superar um contexto complexo agravado pela pandemia. A criação de distintos comitês para abordar temas específicos da reclamação e uma nova abordagem de visitas em campo no formato híbrido, ou seja, presencial e virtual, surtiram resultados importantes para esses avanços.

## Os acordos entrando em vigência

Chegar a um acordo é, sem dúvidas, importante. No entanto, o trabalho da fase de Consulta não termina ao firmar um pacto entre as partes. É aí que tem início a segunda parte do processo, que exige dedicação e acompanhamento constantes durante vários anos para constatar o cumprimento na íntegra dos aspectos acordados. Quando ocorrem atrasos, situações imprevistas ou hesitação no cumprimento do compromisso, a Fase organiza sessões bilaterais e reuniões plenárias para buscar soluções e remediar a situação. Em 2021, os sete acordos na etapa de monitoramento exigiram 22 reuniões plenárias e tantas outras bilaterais. Para o caso da Rota do Cacao, enquanto buscavam chegar a um acordo final, seis reuniões plenárias e 10 reuniões dos comitês de trabalho foram realizadas para dar prosseguimento aos acordos parciais.

## Evitando contextos complexos

No Haiti, o MICI acompanha o cumprimento do acordo alcançado em relação ao Parque Industrial Caracol em dezembro de 2018 ([MICI-BID-HA-2017-0114](#)). Apesar do frágil contexto do país e da complexidade adicionada pela pandemia, em 2021 foram registrados avanços em um dos compromissos fundamentais, como a entrega de algumas terras para famílias de agricultores.

# Em Fase de Verificação da Observância

## O primeiro caso que passa por todas as etapas da Fase

O caso do Metrobús ([MICI-BID-PR-2016-0101](#)), no Paraguay, foi o primeiro caso para o qual a diretoria executiva exigiu do BID um plano de ação para implementar as recomendações da investigação realizada pelo MICI ao mesmo tempo que encarregou o Mecanismo de monitorar a respectiva implementação. Conseqüentemente, este também foi o primeiro caso que seguiu o curso completo contemplado na política vigente para um processo de Verificação da Observância.

No entanto, a elaboração do plano de ação ficou suspensa enquanto as autoridades locais reconsideravam o projeto e, posteriormente, foi eliminado o componente do Metrobús, que era o objeto principal da reclamação junto ao MICI. Esta experiência proporcionou aprendizados que foram aplicados em outras investigações.

## Um passo adiante na sustentabilidade ambiental e social

A investigação pertinente a dois projetos de hidroelétricas na Guatemala ([MICI-CII-GU-2018-0136](#)) introduziu uma importante novidade para garantir a responsabilidade social e ambiental dos projetos do Grupo BID. Em alguns casos anteriores, como o caso mencionado do Metrobús, os planos de ação ou as recomendações do MICI não puderam ser implementados na íntegra, pois o projeto era alterado ou o BID deixava de financiar o projeto. A retirada do Grupo BID dos projetos limita, dessa maneira, a capacidade de remediar ou de implementar medidas corretivas.

Por esse motivo, a investigação da Guatemala introduziu em suas recomendações uma cláusula de retirada responsável. Sendo assim, se as partes que promovem o projeto decidirem cancelá-lo, ou se o Grupo BID deixar de financiar a operação, as medidas corretivas propostas na investigação podem continuar vigentes. Além disso, neste caso específico, o MICI recomendou que fosse realizado um plano de transição em consulta com as comunidades indígenas que apresentaram a reclamação. O relatório foi traduzido nos idiomas maia Chuj e Q'anjob'al para ser mais acessível aos reclamantes.

## Avanços de uma investigação virtual

A situação da pandemia não permitiu dar andamento às visitas em campo realizadas pelos especialistas da investigação do Projeto Hidroelétrico Ituango, na Colômbia, inicialmente programadas para o segundo semestre de 2020. A Fase avançou com a análise da extensa documentação do caso e diversas entrevistas virtuais enquanto espera poder completar a investigação em campo.

## Substituições na equipe

Arantxa Villanueva, coordenadora da fase de Verificação da Observância desde 2016 e diretora interina entre julho de 2020 e março de 2021, introduziu ao mecanismo a prestação de contas do Banco Africano de Desenvolvimento em junho, depois de nove anos no MICI. Desde essa época, o mecanismo agradece os esforços e a dedicação de Arantxa, que desempenhou um papel importante para a institucionalização da Fase e do MICI. Depois de um processo competitivo concluído em novembro, Katty Araya foi selecionada como a nova coordenadora da Fase e integrou a equipe em janeiro de 2022.



# Em promoção do acesso

## Destaques em 2021

Mais de 3.300 participantes em 20 eventos externos

Novos formatos de intercâmbio dentro do Grupo BID, com mais de 280 participantes

Dois novos produtos baseados nas experiências do caso

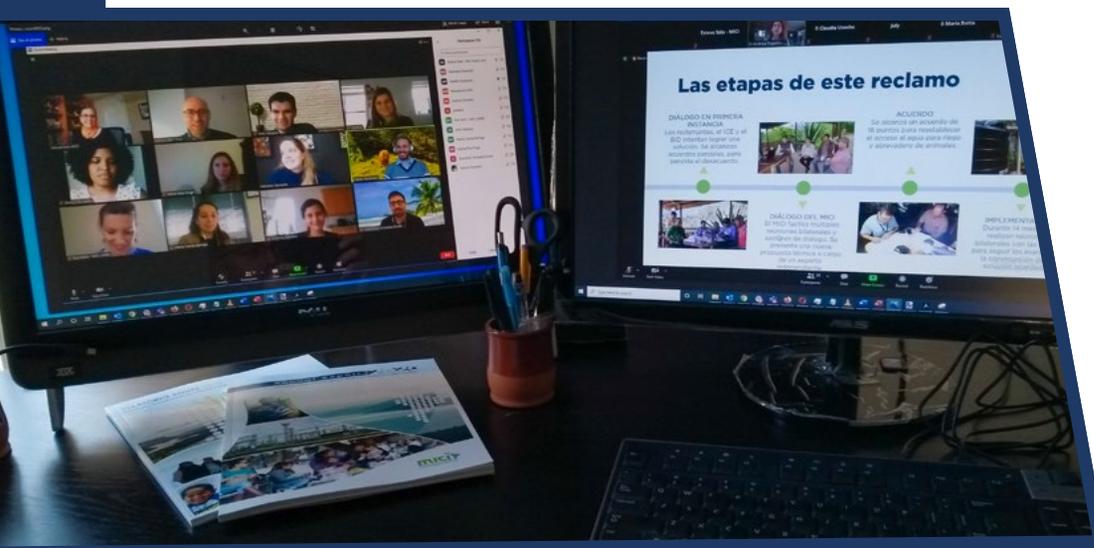
Assegurar que o Mecanismo seja conhecido e acessível a todas as pessoas e comunidades que possam se considerar afetadas por projetos de desenvolvimento é um aspecto importante para que o MICI – e, conseqüentemente, o Grupo BID – possam cumprir suas respectivas missões. A recente avaliação do OVE destaca este aspecto fundamental no qual o MICI vem se empenhando incansavelmente nos últimos anos.

A pandemia obrigou que fosse mantido o formato virtual das atividades de promoção da sua acessibilidade que o MICI intermediou com organizações da sociedade civil (OSCs) e com comunidades da região. Além disso, o mecanismo reforçou os laços com instituições acadêmicas, organizações profissionais de resolução de disputas e de investigações, e com instituições dos setores público e privado e demais mecanismos pares, chegando a mais de 3.600 pessoas no decorrer do ano.

## Trabalho com a sociedade civil

No decorrer do ano, o MICI realizou nove reuniões com OSCs da região para conhecer de maneira mais direta os impactos da COVID-19 nas distintas comunidades, escutar as preocupações das pessoas e trocar conhecimentos sobre os avanços das atividades do mecanismo, os resultados da avaliação do OVE e o plano de ação elaborado pelo MICI.

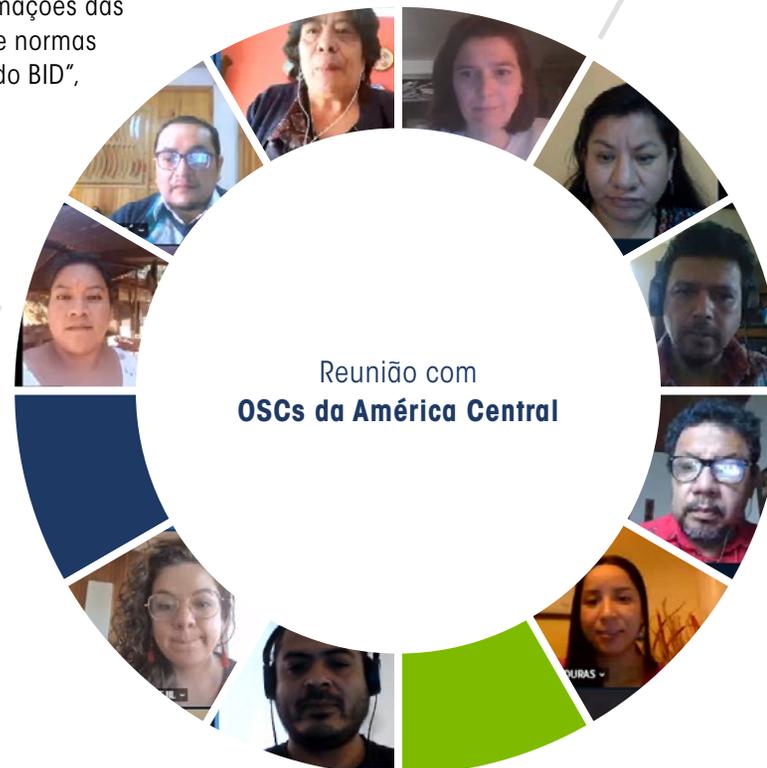
Como ocorrido em anos anteriores, também foram realizados workshops informativos — no formato virtual— com países como Brasil, Guatemala, Honduras e El Salvador. Este ano, pela primeira vez, foi organizado um workshop regional de dois dias com vários países do Caribe, com a colaboração do mecanismo de prestação de contas do Banco de Desenvolvimento do Caribe, a participação da Unidade de Cumprimento Social e Ambiental (SECU) do programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e os mecanismos do Banco Mundial e do IFC/MIGA.



### Intercâmbios de conhecimento como Grupo BID

A avaliação do OVE propôs, entre outros aspectos, uma melhor coordenação do trabalho do MICI com as administrações do BID e do BID Invest. Por isso, além das atividades recorrentes, os esforços com setores estratégicos do Grupo foram redobrados este ano. Por exemplo: foram realizadas sessões de intercâmbio de conhecimento sobre temas ambientais e sociais, incluindo o trabalho preventivo das equipes de risco do BID e do BID Invest, e a perspectiva independente do MICI.

O MICI também participou de sessões de integração de novos funcionários às equipes do BID e do BID Invest. No caso do BID, pela primeira vez foi realizada uma apresentação com enfoque integral em conformidade com o novo sistema de coordenação de reclamações do Banco. O mecanismo também apresentou suas perspectivas e contribuições pertinentes ao novo sistema de gestão de reclamações das administrações e os novos "Guias de normas de desempenho ambiental e social do BID", entre outros.



## Relacionamento com públicos especializados

Para manter e ampliar o conhecimento com públicos ampliados nos países da região, o MICI somou esforços com especialistas nos nossos respectivos âmbitos de atuação. Pelo terceiro ano consecutivo, o mecanismo desempenhou um papel fundamental na organização conjunta do Congresso Americano de Mediação. Em julho, a diretora do MICI fez a abertura do Congresso, que durante três dias reuniu mais de 1.700 especialistas em transformação de conflitos e resolução de disputas.

O mecanismo também participou do congresso anual da Associação Internacional de Avaliações de Impacto (IAIA), com a participação de mais de 1.100 membros de 110 países associados à IAIA. Nesta época, a diretora e a coordenadora da fase de Verificação da Observância apresentaram as alterações institucionais geradas acerca da avaliação, gestão dos impactos sociais e consultas significativas derivadas da investigação do Projeto Eólico Mareña Renovables. A Unidade de Salvaguardas (ESG) do Banco apresentou importantes contribuições para esta sessão.

O MICI também participou da reunião do Fórum Regional sobre Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas e contribuiu para a criação do ["Roteiro regional para a próxima década dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos"](#) para promover e reforçar os mecanismos de reclamações não estatais.



El MICI presentó en diversas sesiones del Congreso Americano de Mediación.



Arantxa Villanueva, coordinadora de la Fase de Verificación de la Observancia até junho de 2021, e Andrea Repetto, diretora do MICI.



VI Fórum Regional de Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

## Mais presença nas universidades

As colaborações realizadas nos últimos anos com o mundo acadêmico permitiram aprofundar o conhecimento que jovens profissionais da região têm em relação ao mecanismo, à prestação de cotas e à sustentabilidade ambiental e social. Este ano, entre outras atividades, a equipe do MICI realizou sessões de especialização em três cursos de graduação distintos, organizados por prestigiosas universidades: o Curso de Empresas e Direitos Humanos, o Curso sobre Negociação, Mediação e Prevenção de Conflitos entre Empresa-Estado-Comunidade, e o Curso Internacional – Infraestrutura, Participação e Conflitos Socioambientais na América Latina.

## Novos formatos para as Reflexões do MICI

O programa Reflexões do MICI foi criado em 2018 com a finalidade de promover a reflexão institucional a partir das experiências do mecanismo e fortalecer as operações do Grupo BID. Este ano, o programa conta com uma nova série de resumos que reconhecem os aprendizados e as boas práticas baseados em reclamações reais. O primeiro resumo reconhece a experiência do [projeto hidroelétrico Reventazón](#), na Costa Rica, enquanto o segundo reflete a [transformação da via de pedestres na rua comercial de Bariloche](#), uma das principais cidades turísticas da Argentina.



**Participação nos diplomados das Universidades Ibero-americana e Alberto Hurtado.**



**IAMnet  
Annual Meeting 2021**

## Aprendizado com outros mecanismos

O MICI continua mantendo estreita colaboração com a IAMnet, a rede de Mecanismos Independentes de Prestação de Contas. Durante a assembleia anual, realizada em setembro, o MICI compartilhou sua experiência com relação à atenção às reclamações com risco de represálias e com o Grupo Consultivo Externo, entre outros temas.

# Uma avaliação para fortalecer o Mecanismo

Depois de uma extensa análise realizada durante dois anos, o Escritório de Avaliação e Supervisão (OVE) concluiu em abril a segunda [avaliação sobre o MICI](#). Esta revisão externa conclui que foram realizados *“avanços importantes em termos de operação do MICI, reflexo da reestruturação do mecanismo e do processo de consolidação e aprendizado institucional”* desde a análise anterior realizada em 2012.

## Recomendações do OVE

A avaliação apresentou cinco recomendações encaminhadas ao conjunto que forma o Grupo BID, tanto ao MICI como às administrações do Banco e do BID Invest, e à diretoria executiva.

A primeira recomendação visa sobre o fortalecimento dos instrumentos do BID e do BID Invest para atender, em primeira instância, as reclamações por possíveis impactos dos projetos financiados pelo Grupo BID, garantindo a articulação com o MICI.

O OVE também propôs excluir a cláusula (parágrafo 19.d da política do MICI) que limitava a acessibilidade das reclamações perante o mecanismo quando havia processos judiciais em aberto.

As últimas três recomendações do OVE destacam o fortalecimento do MICI: reforçar sua independência (3ª recomendação), assegurar que os processos do MICI incorporem medidas corretivas (4ª recomendação) e fortalecer as capacidades internas do mecanismo (5ª recomendação).



**ove** Escritório de Avaliação e Supervisão

Recomendação	MICI	Administrações do BID e do BID Invest	Diretorias executivas do BID e do BID Invest
<b>1</b> Implementar o <b>sistema de gestão de queixas ambientais e sociais da administração do Grupo BID</b> de maneira que se articule com o MICI		✓	
<b>2</b> Terminar a <b>exclusão judicial</b>			✓
<b>3</b> Reforçar a <b>independência do MICI</b>	✓	✓	✓
<b>4</b> Garantir a adoção de <b>medidas corretivas</b> quando houver constatações de descumprimento de políticas e danos relacionados	✓	✓	✓
<b>5</b> Fortalecer as <b>capacidades internas do MICI</b>	✓		

## A programação das mudanças de 2021 até 2025

Para cumprir essas recomendações, o MICI preparou um [plano de ação com 17 medidas](#) a serem implementadas nos próximos cinco anos sob a supervisão do OVE. Em 2021, algumas ações especialmente importantes para a gestão de casos já foram colocadas em prática:

- Desde 1º de julho, a cláusula de exclusão judicial não está mais em vigência e esta alteração está refletida nos documentos de ambas as Políticas do MICI (2ª recomendação).
- O MICI está colaborando com as administrações do BID e do BID Invest para oferecer sua experiência na implementação de seus respectivos sistemas de gestão de reclamações (1ª recomendação).
- O Mecanismo apresentou uma proposta à diretoria para reforçar a estrutura da equipe do MICI e já revisou sua estratégia de comunicação e relacionamento estratégico (5ª recomendação).

### Ouvindo a todos

Tanto o mecanismo como as administrações do BID e do BID Invest formularam comentários sobre o esboço da avaliação. O MICI também realizou diversas reuniões com organizações da sociedade civil da região, que enviaram suas [observações e propostas](#). Por fim, o OVE e o MICI organizaram em parceria reuniões internas e externas para apresentar os principais aspectos do Plano de Ação e da [metodologia que o OVE utilizará](#) para monitorar a implementação.



O Diretório e as administrações de BID Invest e de BID participam da sessão organizada por OVE y MICI

## Uma revisão detalhada

Esta avaliação independente, prevista na Política do MICI por instruções da diretoria, analisou as operações do mecanismo e as reclamações administradas entre dezembro de 2014 e junho de 2020. A avaliação incluiu visitas em campo a cinco países, entrevistas com os reclamantes, agências de governos, clientes do setor privado e a sociedade civil.

### Documentos adicionais:

- [Resumo da avaliação](#) (elaborado pelo OVE)
- [Resposta do MICI para a avaliação](#) e [Plano de ação](#)
- [Resposta da administração do BID e do BID Invest](#)
- [Comentários de organizações da sociedade civil](#)

## O que significava a exclusão legal?

A cláusula legal excluía os “temas ou assuntos específicos (...) objetos de processos arbitrais ou judiciais em um país membro do BID”. A análise do OVE concluiu que esta cláusula era “um obstáculo para a operação efetiva do mecanismo” e que “sua aplicação nos últimos cinco anos havia gerado ineficiências no processo do MICI e a exclusão de temas de importância na aplicação correta das políticas de salvaguardas e padrões ambientais e sociais do Grupo BID”.

O OVE destacou que a cláusula foi aplicada em mais da metade das reclamações registradas no período da análise, “*impactando a determinação de admissibilidade em seis delas e limitando, conseqüentemente, a possibilidade do MICI ser um recurso para os reclamantes*”.

# Carteira de reclamações em 2021

O MICI gerenciou um total de **29 reclamações em 2021**:  
**10** dessas reclamações são casos ativos no fim de 2020, enquanto  
as demais **19 foram novas reclamações** recebidas ao longo do ano.

NÚMERO DA RECLAMAÇÃO	PAÍS	NOME	STATUS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	NÚMERO DO PROJETO
MICI-PE-2015-0094	Peru	Projeto de Cadastro, Titulação e Registro de Terras Rurais no Peru - Terceira Fase (PTRT-3)	Fase de Consulta — Acompanhamento de acordos	PE-L1026
MICI-BID-PR-2016-0101	Paraguai	Reconversão do Centro, Modernização do Transporte Público e de Prédios Governamentais - Reclamação II	Fase de Verificação da Observância — Concluída na etapa de acompanhamento	PR-L1044
MICI-BID-HA-2017-0114	Haiti	Programa de Infraestrutura Produtiva - Reclamação II	Fase de Consulta — Acompanhamento de acordos	HA-L1055
MICI-BID-CH-2017-0115	Chile	Projeto de Energia Hidrelétrica Alto Maipo - Reclamação II	Fase de Verificação da Observância — Acompanhamento de plano de ação da Administração	CH-L1067
MICI-BID-EC-2018-0131	Equador	Programa de Reconstrução de Infraestrutura Elétrica das Áreas Afetadas pelo Terremoto no Equador	Fase de Consulta — Acompanhamento de acordos	EC-L1219
MICI-CII-CO-2018-0133	Colômbia	Projeto Hidrelétrico de Ituango	Fase de Verificação da Observância — Em investigação	11794-04
MICI-CII-GU-2018-0136	Guatemala	Geradora San Mateo S.A. e Geradora San Andrés S.A.	Fase de Verificação da Observância — Aguardando plano de ação	GU3794A-01, GU3798A-01
MICI-BID-AR-2019-0144	Argentina	Programa de Infraestrutura Produtiva e Turística para a Província do Rio Negro	Fase de Consulta — Concluída com os acordos implementados	AR-L1106
MICI-BID-AR-2019-0148	Argentina	Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Rio Reconquista - Reclamação III	Fase de Consulta — Acompanhamento de acordos	AR-L1121
MICI-CII-CO-2019-0152	Colômbia	Ruta del Cacao 4G Carretera Pedágio	Fase de Consulta — Em processo de diálogo	12252-01
MICI-BID-PN-2021-0163	Panamá	Projeto de Energia la Chorrera	Concluída — Não registrada	PN0136
MICI-BID-AR-2021-0164	Argentina	Programa de Desenvolvimento de Áreas Metropolitanas do Interior II	Fase de Consulta — Acompanhamento de acordos	AR-L1243
MICI-BID-AR-2021-0165	Argentina	Programa de Infraestrutura Urbana Municipal	Concluída — Não elegível	AR-L1148
MICI-BID-AR-2021-0166	Argentina	Programa de Água Potável e Saneamento para Centros Urbanos e Suburbanos (PAyS)	Concluída — Não registrada	AR-L1084
MICI-BID-AR-2021-0167	Argentina	Projeto de Melhoria do Corredor Provincial da Rota 82 da Província de Mendoza	Concluída — Não registrada	AR-L1293
MICI-BID-AR-2021-0168	Argentina	Programa de Água Potável e Saneamento para Comunidades Menores - Seção II (PROAS II)	Fase de Consulta — Encerrada durante a etapa de avaliação	AR-L1289
MICI-BID-AR-2021-0169	Argentina	Programa Integrado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos	Concluída — Não registrada	AR-L1151
MICI-BID-AR-2021-0170	Argentina	Programa Integrado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos — Reclamação II	Fase de Consulta — Em processo de diálogo	AR-L1151
MICI-BID-CR-2021-0171	Costa Rica	Programa da Rede Rodoviária Cantonal II	Fase de Consulta — Acompanhamento de acordos	CR-L1065
MICI-BID-AR-2021-0172	Argentina	Programa Integrado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos — Reclamação III	Concluída — Não registrada	AR-L1151
MICI-BID-BR-2021-0173	Brasil	Programa Ambiental Urbano Macambira-Anicuns	Concluída — Não registrada	BR-L1006
MICI-BID-CO-2021-0174	Colômbia	Primeira Linha do Metrô de Bogotá - Primeira Seção — Reclamação II	Concluída — Não registrada	CO-L1234
MICI-BID-AR-2021-0175	Argentina	Programa de Infraestrutura Urbana Municipal — Reclamação II	Concluída — Não registrada	AR-L1148
MICI-BID-BR-2021-0176	Brasil	Proyecto de Saneamiento Ambiental, Macro drenaje y Recuperación de los Igarapés y Márgenes del Río Parauapebas	Concluída — Não registrada	BR-L1508
MICI-BID-BO-2021-0177	Bolívia	Programa Nacional de Irrigação com Abordagem de Bacia III (PRONAREC-III)	Concluída — Não registrada	BO-L1106
MICI-BID-AR-2021-0178	Argentina	Programa de Água Potável e Saneamento (PAyS) para Centros Urbanos	Ativa — Em processo de Admissibilidade	AR-L1162
MICI-BID-CO-2021-0179	Colômbia	Primeira Linha do Metrô de Bogotá - Primeira Seção — Reclamação III	Concluída — Não registrada	CO-L1234
MICI-BID-PE-2021-0180	Peru	Melhoria da Estrada Huanuco, Setor Conococha Huanuco - Huallanca PE - Projeto da Rota 3N	Concluída — Não registrada	PE-L1151
MICI-BID-BR-2021-0181	Brasil	Saneamento da Bacia Hidrográfica de Nova Estrada - PROMABEN II— Reclamação II	Concluída — Não registrada	BR-L1369

# As reclamações em números

## Com relação ao portfólio de reclamações gerenciadas em 2020

Em 2021 houve um aumento...

- Do número de reclamações gerenciadas
- Das alegações pertinentes ao impacto ambiental
- Das reclamações relacionadas a projetos de água potável e saneamento

E houve uma redução...

- Das reclamações junto às OSCs como representantes
- Das reclamações relacionadas com projetos de energia
- Da proporção dos casos relacionados com o BID Invest

## AccountabilityData - Dashboard

Showing all rows



Showing 182 out of 182 rows

Case_Number	ComplainID	CaseTitleES	CaseTitleEN
MICI-BID-BR-2021-C	MICI-BID-BR-2021-C	Saneamiento Básico de la Cuenca Estrada Novi	Sanitation for Nova Estrada Watershed PROM
MICI-BID-PE-2021-0	MICI-BID-PE-2021-0	Proyecto Mejoramiento de la Carretera Huánu	Improvement Huanuco Road, Conococha Hu
MICI-BID-CO-2021-C	MICI-BID-CO-2021-C	Primera Línea del Metro de Bogotá - Primer Tra	Metro of Bogota First Line - First Tranch — R
MICI-BID-AR-2021-C	MICI-BID-AR-2021-C	Programa de Agua Potable y Saneamiento (PAy	Water and Sanitation Program for Metropoli
MICI-BID-BO-2021-C	MICI-BID-BO-2021-C	Programa Nacional de Riego con Enfoque de C	National Irigation Program with a Watershe
MICI-BID-BR-2021-C	MICI-BID-BR-2021-C	Proyecto de Saneamiento Ambiental, Macrodr	Environmental Sanitation, Macrodrainage

## AccountabilityData: Mais informações, mais transparência

Coincidindo com a publicação deste relatório anual, o MICI lançou um novo portal de dados abertos (Open Data) com todas as informações históricas dos casos apresentados ao mecanismo desde sua criação em 2010. O novo repositório de dados facilita a investigação e a análise das solicitações recebidas, dos danos alegados, do tipo de reclamação e das etapas de gestão do MICI, entre outros. O formato Open Data permite que os dados históricos sejam explorados através da aplicação de buscas, filtros e visualizações, e que possam ser baixados para análise em programas estatísticos e planilhas.

Com essa nova iniciativa, o MICI quer fornecer a qualquer interessado informações sobre os casos tratados e contribuir para uma maior transparência do mecanismo, tornando-se o primeiro mecanismo de prestação de contas que adota o padrão de dados abertos. O novo espaço AccountabilityData, com atualizações regulares, está atualmente em fase Beta para receber comentários e sugestões de públicos interessados.

## A evolução das reclamações recebidas

Reclamações recebidas, por ano



As 19 reclamações recebidas em 2021 indicam que houve um recorde de novas reclamações em um único ano desde 2015, quando entrou em vigência a atual política do mecanismo.

## Qual é a procedência das reclamações?

Reclamações gerenciadas em 2021, por país



As reclamações administradas este ano tiveram procedência de 12 países da região, sendo Argentina, Colômbia e Brasil os principais. A Argentina apresentou quase metade (10) dos novos casos recebidos em 2021.

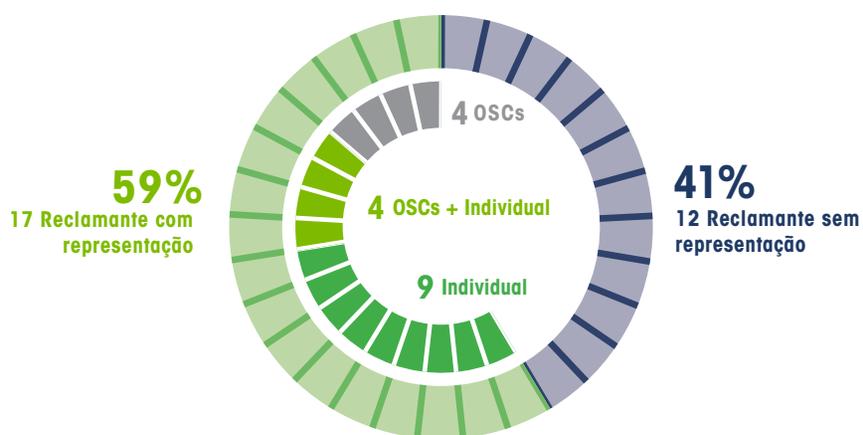
## Quem apresenta as reclamações?

Carteira de reclamações 2021, por tipo de reclamante



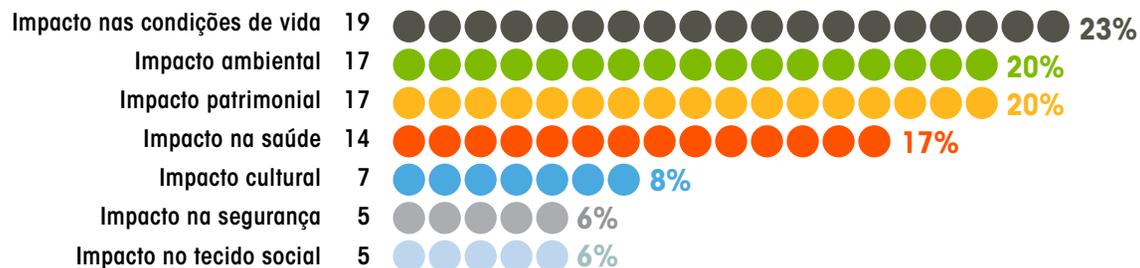
Os grupos comunitários, incluindo duas reclamações de povos indígenas, são quem apresentam a maioria das reclamações, em relação ao número de pessoas que apresentam reclamações a título individual.

Carteira de reclamações 2021, por tipo de representação utilizada



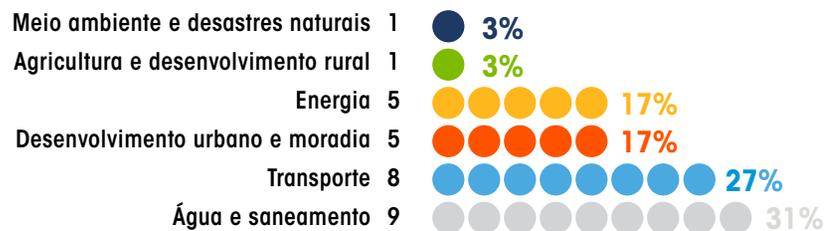
Em 12 casos, os reclamantes apresentaram suas respectivas reclamações de maneira direta, enquanto os demais 17 (59%) recorreram a representantes. As organizações da sociedade civil acompanham 28% das reclamações, seguindo uma tendência decrescente desde 2018.

### Que tipo de problemas são alegados?



Os problemas alegados pelos reclamantes são muito semelhantes em comparação a outros anos, mas há um aumento das referências feitas aos impactos ambientais, que chegaram a ocupar a segunda posição (20%). Mesmo assim, os impactos econômicos adversos — como os gerados pela perda de meios de subsistência e piora das condições de vida — seguem sendo os principais problemas alegados (23%).

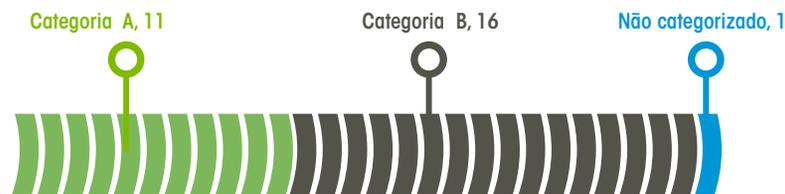
### De quais setores provêm as reclamações?



Por setores, as operações que geram mais reclamações são: Água e saneamento (9), Transporte (8), Desenvolvimento urbano e habitacional (5) e Energia (5). Comparado com anos anteriores, há uma redução nos projetos relacionados a Energia e Meio ambiente e desastres naturais.

Oitenta e três por cento das reclamações estão associadas a projetos com administrações públicas e apenas cinco (17%) se referem a operações do setor privado. O BID Invest financia três destas operações.

### Qual é a categoria ambiental das reclamações?



As operações categorizadas com risco ambiental médio (B) representam a maioria, ou seja, 59% das reclamações administradas no ano. Em contrapartida, as operações que provavelmente têm impactos ambientais e sociais potencialmente mais significativos ou com implicações profundas em relação aos recursos naturais (categoria A) representam apenas 38%.

# Gestão de reclamações com risco de represálias

O MICI mantém uma política de tolerância zero diante de qualquer tipo de represálias contra pessoas e organizações que apresentam reclamações. Desde 2020, o MICI dispõe de algumas [diretrizes operacionais](#) para abordar o risco de represálias em toda a gestão do Mecanismo: desde a atenção dos casos até as ações de divulgação ou capacitação.

Na aplicação das diretrizes, o MICI elaborou este ano análises específicas do risco de represálias para 13 casos administrados pelas Fases. Além disso, como resultado dos riscos identificados nestas análises, o MICI trabalhou de maneira coordenada com os reclamantes para elaborar planos de redução de represálias para dois casos. Ambos os planos são documentos reais, que são atualizados regularmente de acordo com a evolução das circunstâncias específicas.

Cabe destacar que, em 16 dos 29 casos administrados este ano (55%), os reclamantes indicaram temor de sofrer represálias por terem acionado o MICI e solicitaram o sigilo de suas identidades. Nestes casos, o Mecanismo protege a identidade dos reclamantes em todas as etapas do processo. Além disso, quando há temor a represálias, as pessoas que acionam o MICI não têm obrigação de contatar a equipe do projeto, já que podem acionar diretamente o MICI e apresentar a reclamação com garantias plenas de proteção de suas identidades.



Desde 2019, o MICI tem potenciado o debate com distintos atores sobre o resgo de represálias na gestão de reclamações.

## Risco de represálias em reclamações gerenciadas em 2021



## Colaboração com outras instâncias

Além de introduzir a perspectiva de represálias na gestão das reclamações, o MICI colaborou com a administração interna e externa do Grupo BID. Neste sentido, este ano o Mecanismo compartilhou suas experiências em um workshop especializado com as administrações e encaminhou os comentários ao responsável pelo rascunho do resumo referente à gestão de represálias que é elaborado pelo BID. O MICI também compartilhou seus aprendizados e boas práticas em uma sessão da Rede de Mecanismos Independentes de Prestação de Contas (IAMnet).

## Para mais informações:

Guia para mecanismos independentes de prestação de contas sobre medidas para enfrentar os riscos de represálias no gerenciamento de reclamações: um conjunto de ferramentas práticas ([inglês](#) e [español](#))

# O gerenciamento em 2021, caso por caso



# Casos gerenciados na Fase de Consulta

A Fase de Consulta gerenciou 10 casos: quatro novos e seis recebidos em anos anteriores.

## Destaques em 2021

Um caso concluído com o cumprimento pleno dos acordos;

Seis casos em acompanhamento dos acordos;

Dois acordos cumpridos mediante o processo de resolução de disputas.

No decorrer do ano:

- Uma reclamação foi encerrada depois de verificar que todos os aspectos acordados entre as partes haviam sido implementados de maneira satisfatória.
- Dois acordos foram cumpridos mediante o processo de resolução de disputas junto ao MICI. Ambos casos agora estão em acompanhamento dos acordos.
- Outros quatro casos continuam na etapa de monitoramento de acordos.
- Dois casos seguem em processo de diálogo entre os reclamantes, os responsáveis pelo projeto e as administrações do BID e do BID Invest.
- Um caso foi encerrado durante a etapa de avaliação, pois o projeto deixou de contar com o financiamento do BID.



Assinatura do acordo em Manabí, Equador (abril 2019).



Ruta del Cacao 4G Carretera Pedágio, Colômbia



Sessão de diálogo em San Carlos de Bariloche, Argentina.

A reclamação refere-se à terceira fase do Projeto Especial de Registro e Titulação de Terras (PETT) para a titulação e o cadastro de terras rurais, principalmente na costa e na zona serrana do Peru. Esta etapa consolidará a inscrição de propriedades e a titulação de comunidades rurais e nativas, e outras atividades para assegurar a sustentabilidade do cadastro rural.

A reclamação foi apresentada pela Associação Interétnica para o Desenvolvimento da Floresta Peruana (AIDSESP), em representação de 1.166 comunidades nativas da Amazônia peruana de nove organizações indígenas regionais. A reclamação alega que a execução do projeto gerará danos irreparáveis aos povos indígenas e violará seus direitos à propriedade e ao uso dos territórios indígenas ao conceder em primeira instância a titularidade aos colonos. Também alegam danos ambientais e socioeconômicos, tais como o desmatamento de terras ancestrais, a degradação dos ecossistemas e a perda dos meios de subsistência das populações indígenas, devido a possíveis descumprimentos das políticas operacionais do Meio Ambiente, de Salvaguardas (OP-703) e de Povos Indígenas (OP-765).

### Gestão do MICI em 2021

O Mecanismo continuou com as tarefas de acompanhamento em 2021, convocando e intermediando reuniões bilaterais e do comitê de acompanhamento do acordo. No final do ano, o PTRT3 havia concedido o título para apenas 10 das 403 comunidades nativas contempladas no projeto. A suspensão de contratos com as empresas consultoras encarregadas dessa tarefa, que não estão mais em vigência desde novembro de 2020 e desde janeiro e agosto de 2021, tem sido um fator

primordial na dificuldade de avançar com a titulação. A interrupção desses contratos implicou na paralisação do trabalho em três dos quatro lotes do projeto. Finalmente, em outubro, a unidade executora (UEGPS) indicou que não solicitaria uma nova prorrogação do crédito junto ao BID para a execução do PTRT3. Consequentemente, o projeto será concluído em fevereiro de 2022. Isso impediria cumprir o acordo intermediado pelo MICI.

### Os destaques

A paralização das atividades de campo nos lotes 1, 2 e 4 tem afetado significativamente a capacidade do projeto para cumprir o acordo intermediado pelo MICI. Esses três lotes representam 98% da meta das comunidades nativas a receberem o título pelo projeto PTRT3.

O estudo do tráfico de terras que a unidade executora informou como parte dos compromissos do acordo resulta de grande importância para a AIDSESP, já que permite esclarecer as invasões ocorridas em territórios indígenas na Amazônia peruana.

### O PROJETO

Operação de empréstimo: PE-L1026

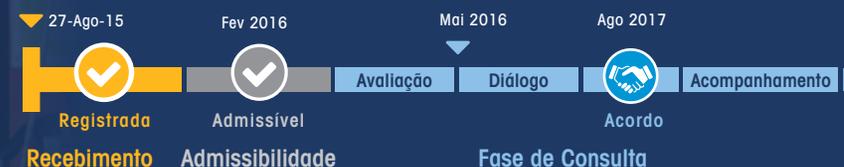
Setor: Agricultura e desenvolvimento rural

Categoria ambiental: A

Financiamento do BID: 40.000.000 USD



### CRONOLOGIA DA RECLAMAÇÃO



O BID financia a construção do Parque Industrial de Caracol (PIC), próximo das comunidades de Caracol, Limonade, Trou du Nord e Terrier Rouge, e o desenvolvimento da região norte do Haiti, por meio de diversas operações não reembolsáveis, com o objetivo de fomentar o investimento privado e a criação de novos empregos.

O *Kolektif Peyzan Tè Chabè* (Kolektif), constituído por aproximadamente 420 famílias, apresentou a reclamação com a representação e o apoio do *Accountability Counsel*, da *Action Aid Haiti* e do AREDE. A reclamação alega que a construção sem aviso prévio do raio perimetral do Parque impossibilitou o acesso das famílias às parcelas que colhiam e que constituíam seu meio de subsistência. Alegam que o processo de consulta foi realizado tarde, com informações insuficientes e organizações que não representavam essas famílias. Também indicam que os valores de compensação que receberam não foram suficientes e que eles estão em condições precárias de subsistência. Asseguram que eles não conseguem garantir a segurança alimentar de suas famílias pela perda de salários e que os filhos deixaram de frequentar a escola por não terem condições de pagar as mensalidades escolares. As mulheres afirmam que estão particularmente expostas às consequências negativas provocadas no tecido familiar pelo deslocamento econômico.

### Gestão do MICI em 2021

A reclamação está em acompanhamento de acordos desde dezembro de 2018. Em 2021, o MICI intermediou uma reunião do comitê de acompanhamento, em formato virtual e utilizando diversas soluções tecnológicas, para assegurar a participação dos reclamantes por ligação

telefônica e interpretação entre os idiomas francês e crioulo haitiano. O Mecanismo também manteve contato permanente com as partes por meio de reuniões bilaterais através de videoconferências e ligações telefônicas para observar o avanço dos diferentes pontos acordados e para identificar desafios e ações a serem tomadas.

Apesar dos desafios da pandemia, o extenso compromisso de todas as partes permitiu avançar com o acesso às terras, que era a única medida de apoio contemplada no acordo que ainda estava pendente. Em novembro, 13 famílias reclamantes receberam acesso às terras.

Com o contexto geral do país, além da instabilidade política resultante do assassinato do presidente e os terremotos e tempestades tropicais que assolaram o país, a implementação dos acordos sofreu atrasos. Sendo assim, as partes trabalham incansavelmente para mitigar essas dificuldades e avançar no cumprimento dos acordos.

### Os destaques

A gestão remota por causa da pandemia da covid-19 apresenta um desafio logístico adicional neste caso, já que os reclamantes não têm acesso à internet. O MICI vem garantindo a participação dos reclamantes nas reuniões virtuais por telefone desde 2020, e, em 2021 buscou simplificar o processo para utilizar apenas uma plataforma. A logística da tradução entre francês e crioulo haitiano também foi modificada durante as reuniões do comitê de acompanhamento para garantir uma comunicação mais fluida.

## O PROJETO

Operação de Investimento não Reembolsável: HA-L1055

Setor: Desenvolvimento urbano e moradia

Categoria ambiental: A (antes B)

Financiamento do BID: 55.000.000 USD

Outras operações: HA-L1076, HA-L1081, HA-L1091



### CRONOLOGIA DA RECLAMAÇÃO



O BID financia a reconstrução de infraestruturas de geração e distribuição de energia elétricas afetadas pelo terremoto ocorrido em 16 de abril de 2016 nas províncias de Esmeraldas, Manabí e Santo Domingo, no Equador, por meio de um empréstimo para obras múltiplas.

Por intermédio de um representante\*, 547 moradores de oito comunidades da província de Manabí apresentaram uma reclamação. A reclamação refere-se à realocação de 9 km de linha de subtransmissão (LST) entre os povoados de San Vicente e Jama, e indica descumprimentos das políticas operacionais do Banco pela ausência de avaliação dos impactos ambientais e sociais, avaliação deficiente dos riscos em uma região altamente sísmica e falta de procedimentos para a participação da população. Os reclamantes alegam que a nova localização das linhas elétricas poderia reduzir a atividade turística na região, que é o meio de subsistência da população. Também alegam impactos negativos à saúde pela proximidade das linhas a rodovias de trânsito intenso e impactos ambientais da fiação nas aves da região.

\* Os reclamantes solicitaram originalmente o sigilo por temor a represálias, porém, durante o processo, os temores foram mitigados e eles decidiram tornar públicas suas identidades.

### Gestão do MICI em 2021

Desde 2019, o caso está na etapa de acompanhamento dos acordos alcançados. Depois de inúmeras demoras por dificuldades contratuais com a empresa encarregada pela obra, em setembro de 2021 se iniciaram formalmente os trabalhos que resultarão na repotencialização e na manutenção da LST San Vicente-Jama, que é o ponto central do acordo. Segundo o cronograma elaborado pela empreiteira, a obra deverá ser concluída no fim do primeiro trimestre de 2022.

### O PROJETO

Operação de empréstimo: **EC-L1219**

Setor: **Energia**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID: **60.000.000 USD**



### CRONOLOGIA DA RECLAMAÇÃO



O BID financia este projeto com um empréstimo de US\$ 30 milhões e uma contrapartida local de US\$ 7,5 milhões, para ajudar a província de Río Negro no fortalecimento e consolidação dos setores produtivo e turístico. O projeto inclui melhorias na infraestrutura urbana de San Carlos de Bariloche e Viedma, mediante o projeto de acesso parcial de pedestres nas ruas Mitre e Buenos Aires, com o objetivo de revitalizar a atividade econômica.

Os reclamantes são compostos por 287 lojistas e comerciantes da rua Mitre, em Bariloche, que alegam fortes impactos econômicos ligados às obras de melhorias na região e possíveis danos futuros decorrentes da troca de modalidade e finalidade da rua Mitre. Especificamente, os reclamantes alegaram que o longo período de construção — estimado em 8 meses, mas que levava mais de três anos quando a reclamação foi feita — afetou as atividades turísticas, impedindo o trânsito normal de pessoas e automóveis; possíveis problemas futuros em seus respectivos estabelecimentos devido à falta de escoamento suficiente das águas pluviais; e a redução no número de vagas de estacionamento. Os reclamantes também alegaram uma falta constante de acesso à informação sobre as obras, prazos de execução e mudanças no trânsito para facilitar a construção.

### Gestão do MICI em 2021

Desde 2019, quando houve um acordo entre as partes, o MICI acompanha a implementação do acordo. Em 2021, o último dos compromissos pendentes foi concluído: a elaboração e a socialização do estudo de mobilidade, que contou com a participação ativa dos solicitantes. No decorrer do ano, o Mecanismo convocou e intermediou quatro sessões de intercâmbio entre a Municipalidade de San Carlos de Bariloche, os reclamantes, a equipe de consultoria encarregada do estudo, e o UPCEFE e o BID. Uma vez concluído

o estudo, a gestão do caso foi encerrada com o cumprimento de todas as cláusulas do acordo.

### Os destaques

Neste caso, um acordo foi alcançado em apenas 18 dias corridos desde o recebimento da reclamação e a fase de Consulta. O processo de acompanhamento do acordo durou 25 meses, com a maioria deles na situação da pandemia e mediante sessões virtuais. O acompanhamento constante do acordo, por meio de mais de 38 reuniões bilaterais e plenárias, foi um elemento fundamental para obter um resultado positivo.

Entre os principais resultados do acordo destaca-se a elaboração do estudo de mobilidade para o centro de San Carlos de Bariloche, que inclui, entre outros aspectos, medidas para melhorar a acessibilidade, o trânsito, o ordenamento de estacionamento e a mobilidade sustentável. Todos os envolvidos valorizaram o espaço de diálogo, o aprendizado, o fluxo das informações e o intercâmbio construtivo intermediado pelo MICI, apesar das distintas perspectivas. Neste sentido, os reclamantes ressaltaram, em especial, o agradecimento pela possibilidade de serem parte ativa da gestão do projeto, buscando a sinergia entre especialistas com conhecimento técnico e o conhecimento baseado na experiência dos cidadãos.

† In Memoriam. Na ocasião em que este informe é preparado, tomamos conhecimento do falecimento de Marcelo Ambrosi, um dos reclamantes que, durante a elaboração do estudo de mobilidade, contribuiu com dados e perspectivas de muito valor para o processo. O MICI agradece sua dedicação e compromisso, e expressamos o nosso profundo pesar para a família e colegas do reclamante neste momento difícil.

### O PROJETO

Operação de empréstimo: AR-L1106

Setor: Transporte

Categoria ambiental: B

Financiamento do BID: 30.000.000 USD



O programa, financiado pelo BID mediante um empréstimo, tem como objetivo recuperar a qualidade ambiental da bacia do rio Reconquista com a implementação de um Plano de Gestão Integral da Bacia. O plano prioriza investimentos para melhorar a gestão de resíduos sólidos; aumentar a cobertura de água potável, sistema de esgoto e tratamento das águas residuais; melhorar a conectividade e o acesso a bairros periféricos; e fortalecer a gestão operacional do Comitê da Bacia do Rio Reconquista.

A reclamação foi apresentada pelos moradores de diversas localidades da bacia do rio nas províncias de Buenos Aires e Tigre, que alegam que o programa não considerou as problemáticas da bacia como unidade territorial nem a capacidade do corpo receptor do rio. Sendo assim, eles denunciam a alta contaminação e os impactos negativos relacionados com a qualidade de vida e a saúde dos moradores da parte baixa da bacia, que poderiam ser agravados se não for considerada a contaminação industrial e de esgoto. Os moradores também relatam os efeitos da construção do Canal Aliviador/Pista Nacional de Remo que vai alterar a dinâmica hídrica e converter o delta no destino final de águas altamente contaminadas. Por outro lado, mencionam que não tiveram acesso a informações relevantes nem ocorreram consultas ou espaços de participação para a população afetada.

### Gestão do MICI em 2021

O caso se encontra na etapa de acompanhamento dos acordos alcançados desde novembro de 2019. Em 2021, o MICI intermediou três reuniões do comitê de acompanhamento e três reuniões do grupo de trabalho para a implementação do primeiro ponto do acordo, que busca medidas para mitigar a contaminação das ilhas do delta do Paraná (San Fernando e

Tigre). Apesar do empenho das partes, observam-se grandes desafios para implementar o primeiro ponto.

Com relação a outros âmbitos do acordo, em março e em maio foram tiradas amostras para medir a qualidade das águas dos rios Reconquista e Luján e os resultados foram informados aos reclamantes. O programa de gestão de efluentes líquidos com fortalecimento industrial também continuou avançando e os solicitantes foram informados sobre as empresas que se aderiram ao programa.

A substituição repentina do ministro da Infraestrutura da província no fim de setembro ocasionou a substituição do interlocutor do órgão executor e atrasos no processo. O apoio do BID e dos funcionários da agência executora foi fundamental para intermediar essa transação.

### Os destaques

O MICI introduziu uma troca metodológica que consistiu na criação de um grupo de trabalho para evitar desgastes e obter avanços no primeiro ponto do acordo, essencial no caso. Além de se concentrar exclusivamente neste tópico, as sessões se desenvolveram com uma maior frequência, em um formato mais breve e com menos participantes, resultando em uma busca de soluções mais dinâmica.

### O PROJETO

Operação de empréstimo de obras múltiplas:  
AR-L1121

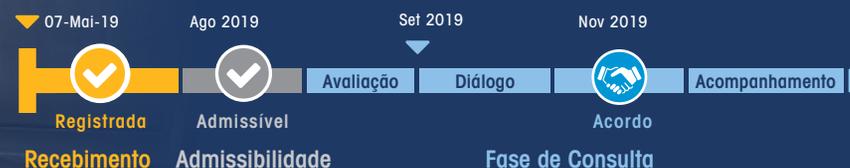
Setor: **Água e saneamento**

Categoria ambiental: A

Financiamento do BID: **230.000.000 USD**



### CRONOLOGIA DA RECLAMAÇÃO



O BID Invest financia o projeto de concessão da Bucaramanga-Barrancabermeja-Yondó, que faz parte da segunda etapa da Quarta Geração de Concessões (Programa 4G) promovidas pela Agência Nacional de Infraestrutura da Colômbia de acordo com um esquema de associação entre o setor público e privado. O projeto consiste em uma interconexão rodoviária entre Bucaramanga com a zona oeste do departamento de Santander, o município de Yondó (no departamento de Antioquia) e a concessão da Ruta del Sol II.

Diversas comunidades da área de influência do projeto, por meio da *Veeduría Ciudadana de la Ruta del Cacao VCRC-4G*, apresentaram a reclamação que suscita alegações de supostos danos ambientais devido à contaminação de corpos d'água, solo e ar, e da flora e fauna do local, que estariam relacionados à construção e posterior operação da estrada. As alegações incluem, entre outros, afetações a residências e propriedades, prejuízo econômico para os comerciantes que trabalham na beira da rodovia e falta de indenização adequada para os proprietários atingidos pelo projeto.

### Gestão do MICI em 2021

No marco da fase de Consulta, em 2021, as partes fizeram visitas conjuntas ao território para analisar as alegações apresentadas e buscar soluções criativas. Com o surgimento da pandemia da covid-19, a equipe do MICI não pôde estar presente nessas sessões. Ficou acordado, portanto, que seria feito um registro fotográfico e em vídeo para documentar as atividades e as constatações. Neste contexto, as partes chegaram a um acordo parcial com relação às alegações dos danos a residências e propriedades.

Sendo assim, da lista original de sete assuntos a serem tratados, acordos parciais foram alcançados em dois: segurança da rodovia e residências e propriedades. O MICI continua intermediando o espaço de diálogos e promovendo o cumprimento dos compromissos assumidos. Em agosto de 2021, a Diretoria Executiva aprovou uma extensão do prazo para o processo de Consulta.

### Os destaques

Este é o primeiro caso em que a fase de Consulta desenvolveu um processo de diálogo estruturado e facilitado com respeito a um projeto financiado pelo BID Invest. Todo o processo de diálogo é realizado de maneira virtual em decorrência da pandemia da covid-19. Consequentemente, desde o início da fase de Consulta, as partes não tiveram a oportunidade de se reunir presencialmente no espaço de diálogo no marco do processo MICI. Mesmo assim, já foram obtidos acordos parciais que buscam reforçar a oportunidade de diálogo e desenvolver a confiança entre as partes. O cumprimento desses compromissos parciais resultará na base para a continuidade do caso e na possibilidade de chegar a um acordo final.

### O PROJETO

Operação de empréstimo: **12252-01**

Setor: **Transporte**

Categoria ambiental: **A**

Financiamento do BID Invest:

**375.000.000.000 COP**



### CRONOLOGIA DA RECLAMAÇÃO



O BID apoia o “Plano de reorganização e reabilitação da propriedade composta pelo Hospital Escola Eva Perón e pela Hogar Escuela Juan Domingo Perón” de Granadero Baigorria, na província de Santa Fé, Argentina, por meio de um empréstimo para o “Programa de Desenvolvimento de Áreas Metropolitanas do Interior II”. O projeto consiste no aprimoramento e na reabilitação de uma propriedade urbana de 53 hectares no centro da cidade, que tem valor histórico, urbanístico e ambiental. Entre outros aspectos, as obras incluem infraestruturas de água, esgoto, gás e eletricidade, iluminação pública, mobiliário urbano, criação de reservatórios de água pluvial e reflorestamento de áreas verdes.

Em fevereiro de 2021, 81 moradores da cidade, os quais solicitaram o sigilo de suas identidades, apresentaram uma reclamação junto ao MICI alegando impactos ambientais negativos à saúde e ao patrimônio histórico associados ao Complexo. Segundo os solicitantes, essas afetações não foram corretamente identificadas antes da intervenção na área nem foram realizados processos adequados de consulta, de informações e comunicação pública junto à população afetada.

### Gestão do MICI em 2021

A reclamação foi registrada em 16 de fevereiro e declarada admissível em 27 de maio, momento em que a petição dos reclamantes foi transferida para a fase de Consulta. Durante a avaliação inicial, o MICI identificou que havia condições para iniciar um processo de resolução de controvérsias e fez um acordo consensual com as partes em relação a aspectos como a agenda, os temas a serem tratados e a frequência das sessões.

Durante o processo de Consulta, o MICI convocou e intermediou 12 reuniões bilaterais entre as partes e três sessões de diálogo, além de 32 chamadas telefônicas para abordar os temas do caso e manter o contato permanente com todos os envolvidos. A partir dos avanços graduais registrados nesses encontros, no dia 23 de agosto, as partes chegaram a um acordo com distintas medidas voltadas para atender aos problemas apresentados na reclamação. Dentre as medidas mais relevantes, destaca-se a participação da comunidade no Consórcio de Administração do imóvel; a catalogação como área verde pública com equipamentos de domínio estatal destinados ao uso desportivo, recreativo ou cultural, e a proibição de uso residencial privativo; o aumento de até 800 no número de árvores; a instalação de sinalização e redutores de velocidade; e a redução da circulação do tráfego de visitantes no acesso principal do Complexo. Em dezembro, o Mecanismo convocou e intermediou a primeira reunião de acompanhamento do caso.

### Os destaques

Este é o primeiro caso em que todo o processo de elegibilidade, consulta e acompanhamento é realizado de maneira exclusivamente virtual, incluindo um acordo firmado digitalmente pela primeira vez. Apesar dos desafios oriundos da virtualidade, o processo conseguiu avançar graças ao compromisso das respectivas partes.

Mesmo não sendo possível ao MICI realizar visitas presenciais, os representantes dos reclamantes, do BID e do órgão executor fizeram uma visita ao Complexo para observar os avanços na implementação do projeto e resolver possíveis questões pendentes.

### O PROJETO

Operação de empréstimo: **AR-L1243**

Setor: **Desenvolvimento urbano e moradia**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID: **40.000.000 USD**



### CRONOLOGIA DA RECLAMAÇÃO



Esta reclamação foi apresentada por um grupo de 46 moradores de Dina Huapi, na província de Río Negro, Argentina, que solicitaram sigilo por temor a represálias. Na reclamação, eles alegam possíveis danos ambientais, patrimoniais e à saúde como decorrência da construção e operação de um sistema de coleta e tratamento de afluentes de esgoto.

Especificamente, eles indicam a possível contaminação por derramamentos de afluentes de esgoto em rios e lagos, margens dos rios e praias da região que são utilizados para o fornecimento de água potável e atividades recreativas. Os reclamantes asseguram que o estudo do impacto ambiental estaria incompleto por não identificar corretamente a área afetada e as respectivas implicações ambientais em áreas protegidas e ecossistemas vulneráveis. Também alegam deficiências no processo de informações e consultas, além de possíveis danos a propriedades particulares.

Esta operação faz parte de um programa financiado pelo BID e executado pelo Ente Nacional de Obras Hídricas de Saneamento (ENOHSA).

### Gestão do MICI em 2021

A reclamação foi registrada em junho e declarada admissível em agosto. De acordo com a petição original, o caso passou para a fase de Consulta, que manteve reuniões com os reclamantes, o BID e o ENOHSA. Neste processo, os solicitantes indicaram que, até o presente momento, não havia uma alternativa preferida pelo grupo de reclamantes. O BID informou que o projeto em questão ainda não havia sido declarado admissível para receber financiamento do programa e que, para obtê-lo, a proposta final, além de ser viável do ponto de vista técnico, jurídico, econômico, financeiro e ambiental, deveria contar com alto grau de aceitação social.

Em setembro, o ENOHSA decidiu que não solicitaria financiamento junto ao BID para este projeto porque a opção técnica mais viável não havia alcançado alto grau de aceitação social e havia gerado objeções tanto por parte do governo local de Dina Huapi como por parte de vizinhos da comunidade.

Por não haver um projeto financiado pelo Banco que possa causar o dano alegado na reclamação, o MICI constatou que não teria material de trabalho e deu como concluída a gestão do caso.

## O PROJETO

Operação de empréstimo: **AR-L1289**

Sector: **Água e saneamento**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID: **200.000.000 USD**



### CRONOLOGIA DA RECLAMAÇÃO



O projeto “Ecoparque Ambiental de Chascomús” tem como objetivo sanear e fechar o aterro de lixo de Chascomús, na província de Buenos Aires, Argentina, e colocar em funcionamento um Ecoparque voltado a aproveitar ao máximo a recuperação de materiais e o mínimo descarte final de resíduos. O BID financia um empréstimo de 150 milhões dos 187 milhões de dólares deste projeto.

Em julho de 2021, 30 moradores de Chascomús, que solicitaram o sigilo de suas identidades, apresentaram uma reclamação sobre possíveis danos ambientais à comunidade, à saúde, ao patrimônio e à economia, com um impacto diferenciado nos meios de sustento de algumas mulheres produtoras, agricultoras e agropecuaristas. As principais preocupações desses moradores são a capacidade de drenagem do terreno no qual está prevista a construção do Ecoparque, a possível contaminação do sistema de pântanos da região, afetações a poços de água e a possível perda de valor e capacidade produtiva das propriedades vizinhas, além do impacto potencial nas espécies nativas da fauna.

### Gestão do MICI em 2021

Em 28 de setembro, o MICI determinou que a reclamação era admissível e deu início à etapa para avaliar a viabilidade de um processo de resolução das controvérsias. Durante essa etapa, a fase fez a revisão dos documentos relevantes para o caso e fez cinco reuniões bilaterais, sempre de maneira virtual, para compreender a fundo o contexto e as perspectivas das partes, e para identificar os temas básicos e as preferências metodológicas que poderiam fazer parte do processo de consulta. Esta análise determinou que havia condições favoráveis e, em novembro teve início o processo de

diálogo e uma primeira reunião de discussão entre as partes foi realizada em dezembro.

### Os destaques

O projeto deste caso é realizado de acordo com a modalidade do Contrato de Responsabilidade Única e, por esse motivo, ainda não se realizou o Estudo de Impactos Ambientais e Sociais (EIAS) nem o Plano de Gestão Ambiental e Social. Diante dessa situação, o MICI elaborou um processo com dois momentos: uma etapa inicial de diálogos para contribuir para a elaboração de um EIAS completo que incorpore e analise as problemáticas sociais e ambientais alegadas pelos solicitantes; e uma possível segunda etapa na qual, com os resultados obtidos junto ao EIAS e às consultas, seja possível desenvolver um diálogo significativo para tratar das preocupações apresentadas na reclamação.

### O PROJETO

Operação de empréstimo: AR-L1151

Sector: Água e saneamento

Categoria ambiental: B

Financiamento do BID: 150.000.000 USD



### CRONOLOGIA DA RECLAMAÇÃO



O objetivo específico do Programa da Rede Rodoviária Regional II, financiado pelo BID, é a melhoria da rede rodoviária regional mediante intervenções de reabilitação e manutenção incorporando adaptações às mudanças climáticas, que resultarão na redução do tempo de viagem e dos custos operacionais, e na solidez das instituições responsáveis pela gestão da rede rodoviária.

Um grupo de 28 moradores da região de Buenos Aires, província de Puntarenas, Costa Rica, apresentou esta reclamação vinculada à execução de dois projetos no âmbito do programa. Especificamente, a reclamação descreve o impacto do programa nas condições de vida dos moradores em decorrência do impacto nas rodovias de acesso aos territórios indígenas de Salitre e Ujarrás, e em outros caminhos da rede rodoviária da região; afetações socioambientais por causa da instalação de um triturador de materiais; e pela falta de informações públicas e mecanismos de atenção à comunidade.

### Gestão do MICI em 2021

A reclamação foi registrada no dia 12 de agosto e declarada admissível em 5 de novembro com base na revisão da elegibilidade, na análise das alegações e na documentação apresentada pela equipe do projeto. O caso passou para a fase de Consulta, que iniciou o processo de avaliação e diálogos. Um aspecto importante na elaboração do processo de resolução das disputas foi que todas as partes se comprometeram a proteger o espaço de diálogos contra a influência de dinâmicas políticas e de causas abertas perante outras instâncias.

A equipe do MICI organizou sete reuniões bilaterais com as partes e três sessões de diálogo em um período de duas semanas. Como resultado deste diálogo colaborativo, no dia 14 de dezembro foi alcançado um acordo entre o Ministério de Obras Públicas e Transportes da Costa Rica, a administração do BID e o representante dos reclamantes. O acordo estabelece um conjunto de medidas para consertar e melhorar as rodovias de acesso aos territórios indígenas e outros caminhos da rede rodoviária regional de Buenos Aires. O processo também teve a participação da Defensoria dos Habitantes da República que, na qualidade de observador, constatou o esforço conjunto que levou a um acordo que atende aos interesses de todas as partes.

A reclamação entra na etapa de acompanhamento com previsão de conclusão em 2022.

### Os destaques

Graças ao compromisso das partes, houve um acordo neste caso em apenas duas semanas de diálogo: o menor prazo de todos os processos remotos gerenciados na fase de Consulta.

### O PROJETO

Operação de empréstimo: **CR-L1065**

Setor: **Transporte**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID: **144.036.000 USD**



### CRONOLOGIA DA RECLAMAÇÃO



# Casos gerenciados na Fase de Verificação da Observância

A Fase de Verificação da Observância gerenciou dois casos relacionados a projetos do BID e outros dois vinculados ao BID Invest.



Reunião na etapa de admissibilidade, Guatemala (janeiro de 2019)

## Destaques em 2021

Uma investigação concluída, agora dando prosseguimento ao plano de ação

Um caso encerrado na etapa de acompanhamento

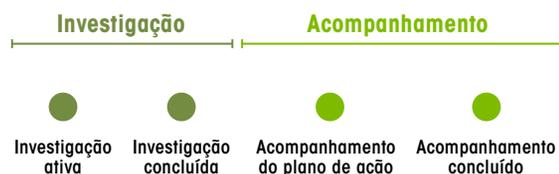
Uma investigação em andamento



Asunción, Paraguai.

No decorrer do ano

- Foi concluída e apresentada a investigação relacionada a duas hidroelétricas de transmissão na região norte de Huehuetenango, Guatemala ([MICI-CII-GU-2018-0136](#)). Com base nas constatações, a diretoria executiva exigiu do BID Invest um plano de ação para atender às recomendações do MICI.
- Continua em aberto a investigação da reclamação relacionada com o Projeto Hidroelétrico Ituango, na Colômbia, ([MICI-CII-CO-2018-0133](#)).
- Segue em andamento o acompanhamento do plano de ação do Projeto Hidroelétrico Alto Maipo, no Chile ([MICI-BID-CH-2017-0115](#)).
- Por último, em maio foi concluído o acompanhamento do projeto "Reconversão do Centro, Modernização do Transporte Público Metropolitano e Prédio Governamentais", conhecido como Metrobús ([MICI-BID-PR-2016-0101](#)), no Paraguai.



Alto Maipo, Chile.

O BID apoia a reconversão e a melhoria da infraestrutura urbana e de transporte de Asunción por meio de diversas operações de empréstimos e financiamentos não reembolsáveis. O primeiro objetivo é revitalizar a região central de Asunción com vias de pedestres e ciclovias, renovação de parques, obras de saneamento pluvial e de esgoto, além da construção de um edifício de atendimento ao público. O segundo objetivo é estabelecer um sistema de transporte público integrado e eficiente entre San Lorenzo e Asunción.

Os reclamantes são 11 comerciantes do Mercado 4, localizado junto à linha do Metrobús, que alegam impactos negativos para os moradores em decorrência da construção do Metrobús, falta de transparência com relação ao projeto e a falta de um projeto final e de um estudo da viabilidade técnica-econômica.

### Gestão do MICI em 2021

Em outubro de 2020, a Diretoria aprovou o plano de ação apresentado pela administração do BID para atender às recomendações da Verificação da Observância aprovadas em 2018. Em abril de 2021, o MICI deu andamento ao encerramento condicional deste caso sem conseguir levar adiante o plano de ação após a finalização do componente objeto desta reclamação. O atraso de dois anos na elaboração do plano de ação, além prazos próprios da tramitação do caso, gerou frustrações para os reclamantes que, de acordo com sua perspectiva, não veem resultados concretos refletidos nos prazos e esforços investidos na tramitação do caso.

### Os destaques

**Reforço das salvaguardas do Banco.** A investigação deste caso revelou uma lacuna nas políticas operacionais do BID para atender ao deslocamento econômico dos comerciantes. Mediante a recomendação do MICI, o BID incluiu o deslocamento econômico no novo Marco de Política Ambiental e Social. Desta forma, a gestão desta reclamação contribuiu ao fortalecimento institucional e à sustentabilidade dos projetos do BID.

**Mudanças para assegurar uma remedição mais eficaz.** Este foi o primeiro caso em que a Diretoria encarregou o MICI de dar continuidade ao plano de ação para atender às recomendações da investigação. Os atrasos na elaboração deste plano e as mudanças no projeto após a investigação representaram sérias limitações na viabilidade final do plano de ação e do seu acompanhamento por parte do MICI. Com este aprendizado, o Mecanismo introduziu recomendações e prazos específicos nas investigações seguintes.

### O PROJETO

Operação de empréstimo: PR-L1044

Setor: Transporte

Categoria ambiental: B

Financiamento do BID: 125.000.000 USD



\*A elaboração do plano de ação é de responsabilidade do BID.



### Três aspectos relevantes da investigação

- **Elaboração oportuna e completa das avaliações ambientais e sociais.** A falta de uma avaliação integral dos riscos e impactos e de suas medidas de gestão por parte do BID, realizada quase paralelamente ao início das obras, desencadeou atrasos no desenvolvimento do projeto, custos extras e prazos adicionais para reparar as lacunas identificadas.
- **Consultas significativas.** O processo de consulta não foi realizado com todas as garantias que oferecem as salvaguardas do BID porque os comerciantes da região não foram identificados como partes afetadas pelo deslocamento econômico desde as etapas iniciais do ciclo do projeto. A falta de processos de participação e consultas significativas com todas as partes interessadas gerou dinâmicas de desconfiança, rejeição e oposição social ao projeto. Além disso, nos espaços de consultas é muito importante informar sobre os benefícios do projeto quanto explicar corretamente os possíveis impactos e medidas de gestão.
- **Supervisão do BID.** O acompanhamento do BID aos receptores do empréstimo é relevante para fornecer capacidade técnica para assegurar o cumprimento das políticas operacionais em todas as etapas do ciclo do projeto, como também é fundamental para o valor agregado do Banco quando financia operações na região.

O BID financia a construção, a operação e a manutenção das usinas hidroelétricas de 531 MW de transmissão na região de San José de Maipo. As centrais preveem captar a água das bacias de afluentes do rio Maipo, dos rios Yeso, Volcán e Colorado, para depois retorná-las ao rio Maipo mediante a construção de 70 km de túneis na Cordilheira dos Andes. Quando a reclamação foi recebida, o projeto contava com o financiamento da OPIC, IFC e de outras instituições financeiras internacionais.

Os reclamantes vivem e trabalham principalmente na comunidade de San José de Maipo e são representados pela Coordenadoria Cidadã “No Alto Maipo” e pela organização Ecosistemas, com o acompanhamento do Centro Internacional de Direito Ambiental (CIEL). Os solicitantes alegam estar sofrendo os impactos negativos em sua forma de vida e situação econômica, e que a insegurança da região tem aumentado. Os reclamantes ressaltam que os impactos do projeto no meio ambiente e nas comunidades vizinhas não foram avaliados na íntegra nem foram consideradas medidas de mitigação adequadas. Eles também indicam redução na presença de turistas na região como consequência do aumento do tráfego rodoviário.

Por outro lado, os reclamantes alegam sobre possíveis danos ambientais associados com a futura operação do projeto, principalmente pelos impactos adversos à disponibilidade de água e fluxo dos rios afetados. Os reclamantes alegam que esses danos seriam resultado do descumprimento de diversas políticas operacionais e solicitam que o MICI leve adiante uma verificação da observância.

**Gestão do MICI em 2021**

Em outubro de 2020, a administração do BID apresentou um plano de ação para implementar as recomendações que o MICI elaborou no relatório de Verificação da Observância, aprovado pela diretoria executiva em junho de 2020.

Em julho de 2021, o MICI finalizou o plano de acompanhamento, que inclui as atividades do plano de ação, resultados, datas, indicadores, métodos de comprovação e um calendário anual. No segundo semestre, a administração do Grupo BID forneceu a documentação relatando os avanços na implementação do plano de ação.

Durante o processo de acompanhamento, o MICI se reuniu em diversas ocasiões com as partes para receber informações atualizadas e analisar o cumprimento das atividades estabelecidas no plano de ação para reconduzir o projeto a cumprimento.

**O PROJETO**

Operação de empréstimo: **CH-L1067**

Setor: **Energia**

Categoria ambiental: **A**

Financiamento do BID: **200.000.000 USD**



**CRONOLOGIA DA RECLAMAÇÃO**



\*A elaboração do plano de ação é de responsabilidade do BID e do BID Invest



## Os destaques

Este é o primeiro plano de acompanhamento que o MICI realiza na fase de Verificação da Observância.

Neste caso, o MICI identificou oportunidades de melhorias na comunicação com a administração do Banco para que o plano de ação atendesse com eficácia todas as recomendações propostas pela Verificação da Observância. Este aprendizado serviu para melhorar e reforçar a elaboração de futuros planos de ação.

A Usina Hidroelétrica Ituango, atualmente em construção, é um projeto de geração de energia elétrica de 2.400 MW para aproveitar a vazão do rio Cauca em seu trecho médio, no departamento de Antioquia, aproximadamente a 170 km de Medellín. O BID Invest financia o projeto com uma operação de empréstimo corporativo desde 2016. Em abril de 2018, aconteceu uma emergência no projeto gerada por deslizamentos de terra e bloqueios de túneis que continua sendo atendida pela empreiteira e supervisionada pelo BID Invest.

Representados pela organização Movimento Rios Vivos Antioquia e acompanhados por três organizações da sociedade civil: o Centro de Direito Internacional Ambiental (CIEL), a Associação Interamericana para a Defesa do Ambiente (AIDA) e o Projeto Internacional de Prestação de Contas (IAP), 477 moradores de nove municípios (Briceño, Ituango, Toledo, Peque, Sabanalarga, Valdivia, Caucasia, San Andrés de Cuerquia e Sopetrán) do departamento de Antioquia, Colômbia, recorreram ao MICI.

Na reclamação, as partes alegam problemas atuais e potenciais em decorrência da construção e operação do projeto relacionados com a identificação da área de influência e a população afetada; a determinação e a gestão dos impactos sociais e ambientais; o aumento de conflitos, insegurança e violência na região, e os impactos diferenciados por motivos de gênero. Também denunciam a falta de consultas públicas e formas de participação adequadas, e a falta de planos apropriados de reassentamento ou compensação pelo deslocamento físico e econômico. Além disso, as partes mencionam que a emergência iniciada em abril de 2018 se agravou e gerou novas afetações, nas comunidades tanto água acima como água abaixo da represa, e que a gestão de consequências e das informações

a respeito da situação por parte da empreiteira do projeto, a EPM, foram inadequados.

### Gestão do MICI em 2021

A investigação do caso, que teve início em fevereiro de 2020 com a formação do painel, continuou avançando em 2021. A situação da pandemia obrigou a adiar a missão em campo, programada inicialmente para abril de 2020. Desde então, a equipe da fase tem avançado com a análise dos documentos, a verificação das informações e reuniões e comunicações com as partes para fins de esclarecimentos, pesquisas e acesso a informações relevantes. Entre agosto e dezembro de 2021, o painel adiantou a investigação por meio de uma série de entrevistas virtuais que começaram em 2020 e avançou com diferentes resultados para concluir a investigação em 2022.

Por sua parte, o Grupo BID e Empresas Públicas de Medellín (EPM) acordaram um pagamento antecipado voluntário dos fundos desembolsados para o financiamento do projeto. Este pagamento adiantado foi efetuado em dezembro de 2021 e não altera o curso da investigação, que continua.

## O PROJETO

Operação de empréstimo corporativo:

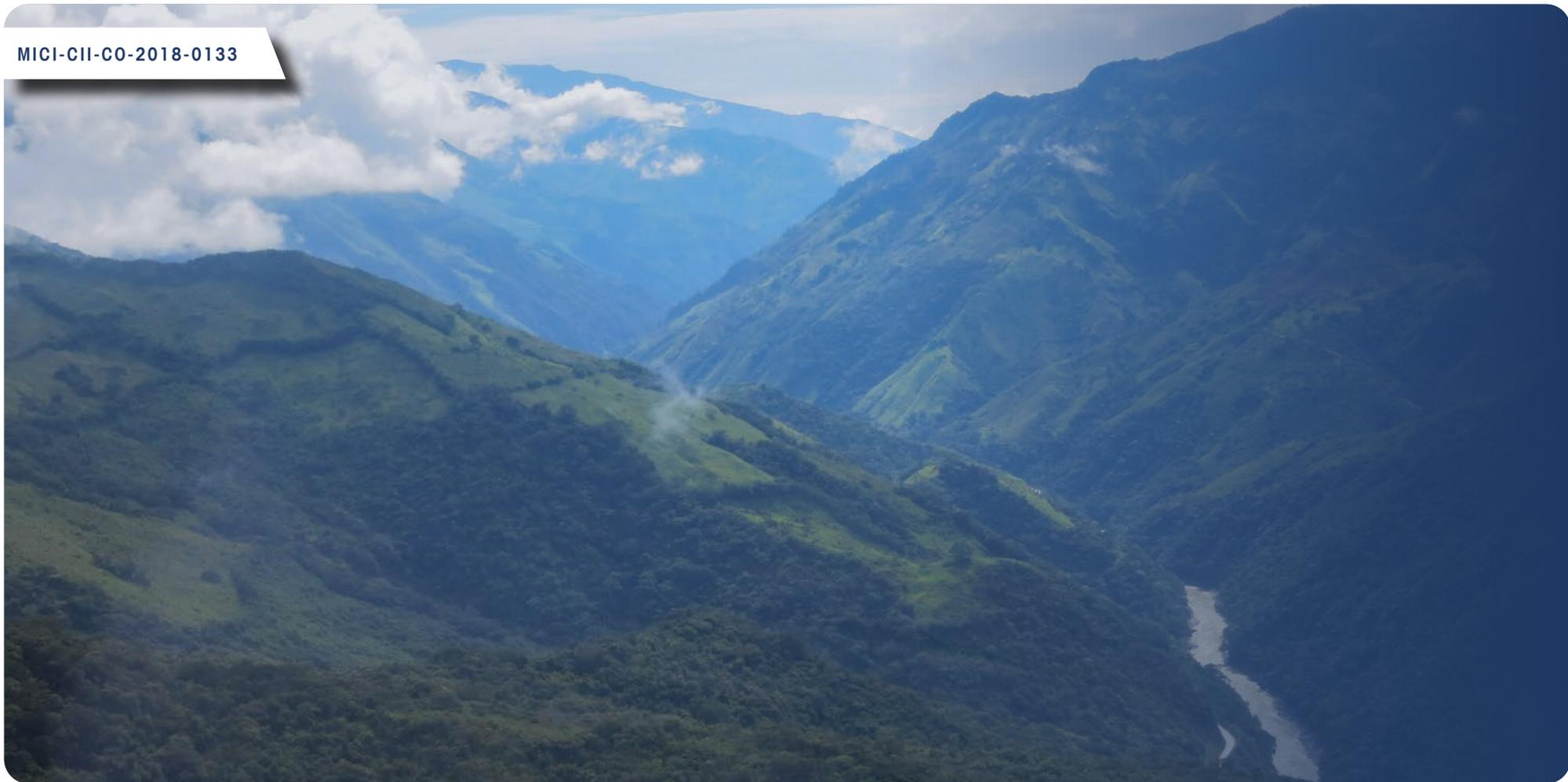
11794-04

Setor: **Energia**

Categoria ambiental: A

Financiamento do BID Invest: 1.000.000.000 USD





## Os destaques

Neste caso, diante das complexas circunstâncias do terreno, o MICI já envidou esforços para manter contato com os reclamantes e adaptar a gestão do caso de acordo com as restrições impostas pela covid-19. No decorrer de 2021, foram realizadas diversas reuniões virtuais com os reclamantes, o painel de especialistas e a equipe do projeto do BID Invest por meio de ferramentas tecnológicas acessíveis para todas as partes.

Durante o ano, os reclamantes reiteraram o crescente temor a represálias, conforme indicam, dada a oposição pública do projeto e à apresentação da reclamação. Os reclamantes ressaltaram especificamente a situação de violência e ataques a defensores dos direitos humanos na região. Em 2021,

foram realizadas diversas reuniões com os reclamantes e seus respectivos representantes para obter, em primeira instância, as atualizações da situação de violência vivida no terreno. Eles afirmam que essa situação se agravou com as distintas manifestações públicas de rejeição ao projeto.

Além disso, conforme as [diretrizes do MICI para atender ao risco de represálias](#), a fase atualizou o plano para reduzir este risco, elaborado juntamente com os reclamantes após realizar diversos encontros e recorrer às propostas emitidas pelos seus respectivos representantes em outubro.

O projeto consiste na construção e operação de duas hidroelétricas a fio d'água, a Geradora San Mateo S.A. (GSM) e a Geradora San Andrés S.A. (GSA), financiadas mediante duas operações de empréstimo do BID Invest. A GSM prevê a utilização dos rios Negro e Pojom, enquanto a GSA utilizaria os rios Primavera, Varsovia e Palmira. Ambos os projetos estão localizados no município de San Mateo de Ixtatán, no departamento de Huehuetenango, Guatemala.

A reclamação foi apresentada pelos moradores de cinco comunidades (Ixquisis, Bella Linda, Yulchen Frontera, Nuevo San Mateo e Pojom) da microrregião de Ixquisis, que solicitaram o sigilo de suas identidades por temor a represálias e são representados pelo Governo Plurinacional Q'anjobál, Popti, Chuj, Akateko e Mestizo. Além disso, os reclamantes contam com o apoio da Associação Interamericana para a Defesa do Ambiente (AIDA) e da Plataforma Internacional contra a Impunidade.

A reclamação alega descumprimentos das obrigações de devida diligência e supervisão do BID Invest, como também a falta de uma avaliação completa dos impactos ambientais e sociais, a falta de procedimentos adequados de consulta e acesso à informação, levando em consideração os danos causados aos interesses e ao território das comunidades indígenas. Os reclamantes também descrevem danos ambientais nos corpos de água que afetariam as atividades domésticas e agrícolas das comunidades, além de danos causados à cultura e ao modo de vida tradicional dos povos indígenas da região com impactos diferenciados por motivos de gênero.

A reclamação também detalha uma grave situação de insegurança, a ruptura de laços familiares e comunitários, e uma situação de violência e represálias contra os opositores dos projetos devido a um clima de confrontos que eles alegam ter surgido com a introdução das hidroelétricas.

### Gestão do MICI em 2021

Em julho, o MICI concluiu o Relatório de Verificação da Observância, que identificou tanto cumprimentos como descumprimentos na aplicação das políticas operacionais do BID Invest em oito âmbitos, principalmente com relação à identidade dos povos indígenas, à perspectiva de gênero e ao nível de conflitos na região. A partir das constatações, o MICI apresentou 29 recomendações que incluem medidas corretivas específicas para reconduzir os projetos ao cumprimento e ações de caráter institucional para reforçar as políticas operacionais do BID Invest.

No momento, o MICI está finalizando as traduções do relatório nos idiomas maia Chuj e Q'anjob'al para que sejam acessíveis às comunidades da região dos projetos.

A Diretoria aprovou as recomendações em setembro e solicitou ao BID Invest um plano de ação, que será acompanhado pelo MICI. O MICI se reuniu com o BID Invest durante a elaboração deste plano e manteve uma comunicação constante com os reclamantes.

### O PROJETO

Operação de empréstimo: **GU3794A-01, GU3798A-01**

Setor: **Energia**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID Invest:

**7.000.000 e 6.000.000 USD**



### CRONOLOGIA DA RECLAMAÇÃO



\*A elaboração do plano de ação é de responsabilidade do BID Invest.



### Três aspectos relevantes da investigação

- **Povos indígenas.** As salvaguardas específicas para os povos indígenas não foram colocadas em prática porque foi considerado que a população diretamente afetada é, na grande maioria, não indígena, apesar de haver informações contrárias.
- **Gênero.** Não foram identificados possíveis impactos diferenciados por motivos de gênero, embora houvesse indícios de que as práticas tradicionais das mulheres pudessem ser afetadas de maneira diferenciada ou agravada. Por exemplo: não foi considerado que a presença de trabalhadores externos, polícia e exército poderia afetar de maneira negativa o uso ancestral de rios e mananciais por parte das mulheres e sua cosmovisão da natureza.
- **Segurança.** Não houve uma avaliação adequada dos riscos específicos da violência que os projetos poderiam gerar para as comunidades em uma região com um contexto histórico de insegurança e polarização com múltiplas causas subjacentes.

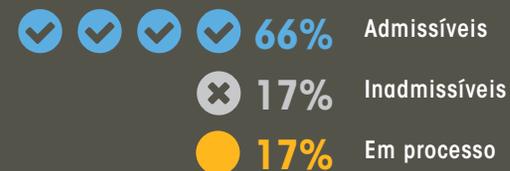
### Os destaques

O MICI introduziu, pela primeira vez, uma recomendação para assegurar que, caso o BID Invest decidisse se retirar dos projetos, sua saída das operações devia ser feita de maneira responsável. Neste caso, o BID Invest deveria preparar, em consulta com as comunidades, um plano de transição orientado pelos princípios de não causar danos, ter transparência e responsabilidade.

# Reclamações gerenciadas na etapa de admissibilidade

As seis reclamações registradas em 2021 passaram para a etapa de admissibilidade, a qual o MICI analisa em detalhes o problema exposto e recolhe mais informações dos reclamantes e dos responsáveis pelo projeto, que podem apresentar suas perspectivas a respeito das questões expostas na reclamação.

## Reclamos evaluados en la etapa de Admissibilidade



Por consequência da pandemia, essas reuniões foram realizadas de forma virtual neste ano. Dos seis casos analisados nesta etapa:

- Quatro foram declarados admissíveis e passaram para a fase de Consulta por opção dos reclamantes.
- Uma reclamação pertinente ao Programa de Infraestrutura Municipal Urbana, na Argentina ([MICI-BID-AR-2021-0165](#)), foi declarada como não admissível porque os reclamantes decidiram desistir do processo junto ao MICI e retiraram a reclamação.
- Uma reclamação continuava em processo de admissibilidade no fim do ano. Trata-se de uma reclamação pertinente ao programa de água potável e saneamento para centros urbanos na província de Tucumán, Argentina ([MICI-BID-AR-2021-0178](#)).



Programa da Rede Rodoviária Cantonal II, Costa Rica.

A reclamação foi apresentada por um grupo de 17 moradores da cidade de Paso de los Libres, na província de Corrientes, Argentina, que solicitaram sigilo por temor a represálias. Na reclamação, os reclamantes descrevem a falta de pertinência e viabilidade do projeto. Além disso, eles alegam possíveis danos econômicos e às suas propriedades como resultado do projeto, construção e operação das obras previstas; igualmente à falta de consultas públicas, disponibilidade de informações sobre as obras, o seu alcance e impacto; e a correta identificação de populações afetadas.

A reclamação também contém uma alegação de irregularidades na licitação das obras, que não correspondem ao âmbito do Mecanismo e este assunto foi encaminhado ao Escritório de Aquisições do Banco.

### Gestão do MICI em 2021

A reclamação foi registrada em 4 de março, depois que os reclamantes enviaram informações adicionais que não constavam na reclamação original.

Em 5 de maio, o MICI determinou que a reclamação não era admissível porque os reclamantes decidiram desistir de todo o processo junto ao Mecanismo e retiraram a reclamação para atender às suas preocupações por outros meios.



### O PROJETO

Operação de empréstimo: **AR-L1148**

Setor: **Desenvolvimento urbano e moradia**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID: **180.000.000 USD**

### CRONOLOGIA DA RECLAMAÇÃO



A reclamação foi apresentada por 114 moradores de San Andrés, na província de Tucumán, Argentina, que solicitaram sigilo por temor a represálias. Na reclamação, os reclamantes descrevem futuros e possíveis danos ambientais e à saúde da comunidade, quanto à qualidade de vida, patrimônio e atividades de subsistência dos reclamantes, por causa da construção e operação da Usina de Tratamento San Andrés, que faz parte do programa de água potável e saneamento (PAYs). Os reclamantes também mencionam danos potenciais às atividades agrícolas na área devido às descargas de resíduos de esgoto próximos ao rio Sali.

Por último, os reclamantes alegam falta de consultas públicas significativas, de disponibilidade de informações sobre as obras e de documentação atualizada e completa sobre os impactos ambientais na região.

### Gestão do MICI em 2021

A reclamação foi registrada em 17 de novembro, após os reclamantes enviarem informações adicionais que não constavam na reclamação original.

Em 20 de dezembro, a administração enviou uma resposta às alegações e está previsto que a determinação de admissibilidade seja concluída antes de 28 de janeiro de 2022.



### O PROJETO

Operação de empréstimo: **AR-L1162**

Setor: **Água e saneamento**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID: **200.000.000 USD**

### CRONOLOGIA DA RECLAMAÇÃO



# Reclamações gerenciadas na etapa de registro

Dentre as 19 reclamações recebidas em 2021, todas elas correspondem a projetos do BID e nenhuma corresponde às operações do BID Invest.



Quando o Mecanismo recebe uma nova reclamação, o conteúdo da reclamação é analisado em um prazo de cinco dias úteis para verificar se os requisitos e as informações necessárias para a tramitação inicial são cumpridos ou não (parágrafo 14) e determinar se as cláusulas previstas da Política do MICI (parágrafo 19) se aplicam.

Das 19 reclamações recebidas em 2021, 13 não cumpriram algum dos requisitos ou alguma exclusão era aplicada, portanto o MICI concluiu a tramitação na etapa de registro. As outras seis passaram para a etapa de admissibilidade.

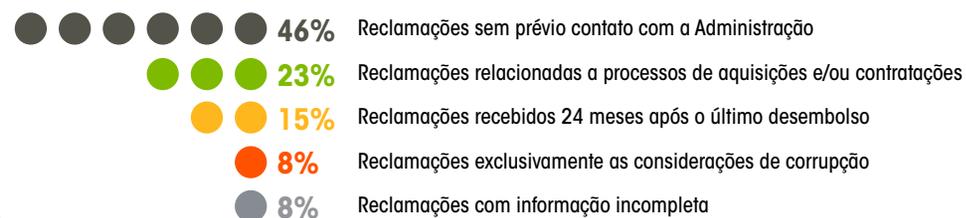
## Reclamações não registradas

- Seis reclamações não foram registradas porque os solicitantes não fizeram o contato prévio com a equipe de projetos do BID, BID Invest ou do BID Lab. Considerando que os reclamantes não manifestaram temor a represálias, as reclamações foram reenviadas à administração como primeira instância de resolução.
- Três reclamações não se referiam a temas do âmbito do MICI e foram reenviadas ao escritório de Aquisições do BID.
- Não foram registradas duas reclamações relacionadas a dois projetos cujo prazo de dois anos desde o último desembolso realizado pelo BID já havia passado.
- Uma reclamação não continha todas as informações obrigatórias e os reclamantes não completaram os dados necessários após um prazo adicional de 10 dias previstos na Política.
- Finalmente, uma reclamação se referia exclusivamente a temas de corrupção, que não são competência do mecanismo, e foi reenviada ao Escritório de Integridade Institucional (OII) do Banco.



Grandero Baigorria, Argentina.

## Reclamações recebidas em 2021: Razões para não registro



No fim do ano, o BID colocou em prática o novo protocolo de atenção a reclamações, como previsto na primeira recomendação do OVE. O MICI utilizou pela primeira vez este canal para atender a alguns reclamantes que não haviam feito contato prévio com a administração.

## Reclamações não registradas por estarem fora do âmbito do MICI

Quatro reclamações não foram registradas porque tratavam exclusivamente de práticas proibidas, corrupção, processos de aquisições ou licitações, assuntos esses que não fazem parte do âmbito de competência do MICI (cláusula 19, letra a). Nesses casos, a reclamação é transferida ao escritório correspondente do Banco e a documentação é catalogada como confidencial.

### MICI-BID-AR-2021-0169

Concluída

## ARGENTINA

### Programa Integrado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos

A reclamação foi apresentada por um morador da província de Buenos Aires, Argentina, que alegava inconformidades vinculadas a práticas proibidas ou atos de corrupção associados ao Programa de Gestão Integral de Resíduos Sólidos Urbanos.

#### Gestão do MICI em 2021

A reclamação não foi registrada por se tratar exclusivamente de práticas proibidas ou atos de corrupção e foi encaminhada ao Escritório de Integridade Institucional (OII).



#### O PROJETO

Operação de empréstimo: **AR-L1151**

Setor: **Água e saneamento**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID: **150.000.000 USD**

#### CRONOLOGIA DA RECLAMAÇÃO

14-Jul-21



Não Registrada

Recebimento



### MICI-BID-BO-2021-0177

Concluída

## BOLÍVIA

### Programa Nacional de Irrigação com Abordagem de Bacia III (PRONAREC-III)

Um morador da Bolívia apresentou esta reclamação relacionada a algumas obras incluídas no Programa Nacional de Riscos alegando possíveis práticas proibidas nos processos de aquisição, que estão excluídas das competências do Mecanismo.

#### Gestão do MICI em 2021

A reclamação não foi registrada e foi encaminhada à equipe de aquisições do Banco para que possam abordar os problemas descritos.



#### O PROJETO

Operação de empréstimo: **BO-L1106**

Setor: **Meio ambiente e desastres naturais**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID: **158.400.000 USD**

#### CRONOLOGIA DA RECLAMAÇÃO

12-Out-21



Não Registrada

Recebimento



## MICI-BID-PE-2021-0180

Concluída

PERU

## Melhoria da Estrada Huanuco, Setor Conococha Huanuco - Huallanca PE - Projeto da Rota 3N

A reclamação foi apresentada por uma empresa privada do Peru, indicando alegações de possíveis irregularidades nos processos de pagamento do projeto de melhorias na rodovia Huánuco-Conococha.

### Gestão do MICI em 2021

A reclamação não foi registrada, pois somente continha denúncias de irregularidades nos processos de aquisições e foi transferida para a equipe de Aquisições do Banco.



### O PROJETO

Operação de empréstimo: PE-L1151

Setor: **Transporte**

Categoria ambiental: A

Financiamento do BID: **80.000.000 USD**

### CRONOLOGIA DA RECLAMAÇÃO

21-Dez-21



Não Registrada

Recebimento

2021

## MICI-BID-BR-2021-0181

Concluída

BRASIL

## Saneamento da Bacia Hidrográfica de Nova Estrada - PROMABEN II — Reclamação II

A reclamação foi apresentada por um morador de Brasília, Brasil, alegando possíveis práticas proibidas nos processos de aquisição e irregularidades na licitação pública das obras do "Programa de Saneamento Básico da Bacia da Estrada Nova PROMABEN II", financiado pelo BID.

### Gestão do MICI em 2021

A reclamação não foi registrada já que as alegações estavam fora do escopo do Mecanismo e a denúncia foi encaminhada à equipe de Aquisições e ao Escritório de Integridade Institucional (OII) do Banco.



### O PROJETO

Operação de empréstimo: BR-L1369

Setor: **Água e saneamento**

Categoria ambiental: A

Financiamento do BID: **71.802.000 USD**

### CRONOLOGIA DA RECLAMAÇÃO

21-Dez-21



Não Registrada

Recebimento

2021

## Reclamações não registradas - exclusão temporária

Duas reclamações não foram registradas porque, no momento da recepção, havia passado 24 meses desde o último desembolso da operação objeto da reclamação e foi aplicada a cláusula 19, letra f, da Política do Mecanismo.

**MICI-BID-PN-2021-0163**  
Concluída

### PANAMÁ | Projeto de Energia la Chorrera

A reclamação foi apresentada por um morador do bairro El Naranjal, distrito de Chorrera, Panamá. Na reclamação descrevem-se afetações ambientais e à saúde dos moradores do bairro El Naranjal, derivadas da construção e operação da Usina Termoelétrica Pan-Am Generating Ltd., que foi financiada pelo BID.

O solicitante adverte, especificamente, que o projeto não cumpriria com as medidas adequadas de segurança ambiental e que gera contaminação acústica, vibrações e gases tóxicos que tem afetado gravemente a população da região desde o início da década de 2000, quando a usina entrou em funcionamento. O reclamante alega também afetações diretas à saúde, principalmente das crianças, pela exposição a elementos contaminantes e que já foram manifestados em doenças da pele, oculares e respiratórias.

#### Gestão do MICI em 2021

A reclamação não foi registrada, pois foi apresentada depois de 24 meses desde o último desembolso do Banco, que ocorreu em janeiro de 2002. Vale

ressaltar que a reclamação foi originalmente apresentada junto ao escritório de ética do Banco, que encaminhou a reclamação ao MICI.



#### O PROJETO

Operação de empréstimo: **PN0136**

Setor: **Energia**

Categoria ambiental: **No categorizado**

Financiamento do BID: **20.294.559 USD**

#### CRONOLOGIA DA RECLAMAÇÃO

▼ 27-Jan-21



Não Registrada

Recebimento



**MICI-BID-BR-2021-0173**  
Concluída

### BRASIL | Programa Ambiental Urbano Macambira-Anicuns

O reclamante, que solicitou o sigilo de sua identidade por temor a represálias, descreve danos econômicos derivados da desapropriação de um terreno de sua propriedade, no local do "Programa Ambiental Urbano Macambira-Anicuns". Também se alegam práticas inadequadas do governo local em um projeto financiado pelo BID.

#### Gestão do MICI em 2021

A reclamação não foi registrada, pois o BID realizou o último desembolso para este projeto em março de 2018 e já havia passado mais de 24 meses quando a reclamação foi apresentada.



#### O PROJETO

Operação de empréstimo: **BR-L1006**

Setor: **Desenvolvimento urbano e moradia**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID: **56.700.000 USD**

#### CRONOLOGIA DA RECLAMAÇÃO

▼ 24-Ago-21



Não Registrada

Recebimento



## Não registrados – Sem contato prévio

Considerando que o Mecanismo é uma instância de último recurso, os solicitantes devem recorrer à administração do Grupo BID para tentar resolver suas preocupações antes de recorrer ao MICI, a não ser que os reclamantes tenham possíveis represálias por expressarem suas preocupações. Quando este requisito não é cumprido, o MICI fornece as informações para que os reclamantes e a equipe do projeto do Grupo BID possam estabelecer um contato inicial, e os reclamantes são informados que sempre há a possibilidade de apresentar uma nova reclamação, caso se considere que suas preocupações não foram devidamente atendidas. Sete reclamações recebidas em 2021 passaram por essa situação, pois não havia ocorrido um contato inicial com a administração.

### MICI-BID-AR-2021-0166 Concluída

#### ARGENTINA

## Programa de Água Potável e Saneamento para Centros Urbanos e Suburbanos (PAyS)

Esta reclamação foi apresentada por um grupo de 46 moradores de Dina Huapi, na província de Río Negro, Argentina, que solicitaram sigilo por temor a represálias. A reclamação alegava, principalmente, possíveis danos ambientais à comunidade e ao patrimônio e à saúde dos reclamantes como resultado da implementação de um sistema de coleta e tratamento de água residuais.

### Gestão do MICI em 2021

A reclamação não foi registrada, pois os reclamantes não haviam feito o contato prévio com a equipe do projeto.

Uma vez cumprido o requisito do contato prévio e ao considerar que suas preocupações continuavam sem solução, os reclamantes decidiram abordar o Mecanismo apresentando a reclamação MICI-BID-AR-2021-0168, descrita acima.

### O PROJETO

Operação de empréstimo: **AR-L1084**

Setor: **Água e saneamento**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID: **200.000.000 USD**

### CRONOLOGIA DA RECLAMAÇÃO

19-Abr-21



Não Registrada

Recebimento



### MICI-BID-AR-2021-0167 Concluída

#### ARGENTINA

## Projeto de Melhoria do Corredor Provincial da Rota 82 da Província de Mendoza

Quatro moradores do distrito de Chacras de Coria, na província de Mendoza, Argentina, apresentaram esta reclamação por causa de possíveis danos à sua propriedade e condições de vida decorrentes da construção e operação da Rota Provincial 82 Trecho do Fim do Corredor III Gobernador Ortiz.

As pessoas reclamantes alegam que o valor oferecido pela futura desapropriação de um local de eventos de sua propriedade não correspondia a uma indenização justa já que não contemplava os investimentos feitos. Igualmente, menciona-se um dano direto à economia, pois o valor justo da desapropriação não contempla o lucro cessante futuro do local de eventos, que representa a única renda disponível para a família. Por último, os reclamantes também denunciavam deficiências no processo de informações e consulta pública em relação aos impactos do projeto.

### Gestão do MICI em 2021

A reclamação não foi registrada, pois os reclamantes não haviam estabelecido o contato prévio com a equipe do projeto.

### O PROJETO

Operação de empréstimo: **AR-L1293**

Setor: **Transporte**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID: **50.000.000 USD**

### CRONOLOGIA DA RECLAMAÇÃO

03-Jun-21



Não Registrada

Recebimento



## MICI-BID-AR-2021-0172

Concluída

### ARGENTINA

## Programa Integrado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos — Reclamação III

A reclamação foi apresentada por três moradores da Argentina, que alegaram possíveis danos ambientais e à saúde da comunidade decorrentes da futura construção e operação de um aterro sanitário que faz parte do “Programa de Gestão Integral de Resíduos Sólidos Urbanos”, financiado pelo BID.

A reclamação adverte a falta de estudos de impacto ambiental e social adequados e completos que identifiquem corretamente os impactos cumulativos sobre o meio ambiente das áreas e as populações afetadas pelo aterro sanitário. Eles também destacam danos negativos causados pela contaminação do solo, do ar e da água e consequentes impactos à saúde humana e ao ecossistema regional. Os reclamantes também alegam falta de informações públicas e consultas públicas adequadas sobre o projeto de acordo com as políticas do BID.

### Gestão do MICI em 2021

A reclamação não foi registrada, pois não foi feito o contato prévio com a equipe do projeto.



### O PROJETO

Operação de empréstimo: **AR-L1151**

Setor: **Água e saneamento**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID: **150.000.000 USD**

### CRONOLOGIA DA RECLAMAÇÃO

17-Ago-21



## MICI-BID-CO-2021-0174

Concluída

### COLÔMBIA

## Primeira Linha do Metrô de Bogotá - Primeira Seção — Reclamação II

A reclamação foi apresentada por um morador de Bogotá que alega possíveis danos às suas condições de vida em decorrência da desapropriação de uma oficina automobilística de sua propriedade para a construção do “projeto da linha do metrô de Bogotá”, financiado pelo BID.

Segundo o solicitante, a avaliação da sua propriedade foi feita de maneira incorreta, pois o valor justo foi inferior ao preço de mercado e não contemplava o lucro cessante causado pelo fechamento do estabelecimento, que oferece emprego para 20 trabalhadores. A reclamação também menciona um possível descumprimento da política sobre reassentamento involuntário do BID (OP-710).

### Gestão do MICI em 2021

Considerando que o reclamante não havia contactado a equipe do projeto para tentar solucionar o conflito em primeira instância, a reclamação não foi registrada.



### O PROJETO

Operação de empréstimo: **CO-L1234**

Setor: **Transporte**

Categoria ambiental: **A**

Financiamento do BID: **70.000.000 USD**

### CRONOLOGIA DA RECLAMAÇÃO

07-Sep-21



## MICI-BID-AR-2021-0175

Concluída

### ARGENTINA

## Programa do Infraestrutura Urbana Municipal — Reclamação II

Esta reclamação foi apresentada por dois moradores de San Miguel de Tucumán, Argentina, que alegaram possíveis danos ambientais e ao patrimônio histórico em decorrência das obras de revitalização da Plaza Independencia de Tucumán como parte do programa financiado pelo BID.

Especificamente, a reclamação informou que a grande variedade de espécies arbóreas, incluindo algumas espécies nativas em risco de extinção, foi reduzida e que, em muitos casos, removida sem tratamento adequado. Também alegaram que peças de grande valor histórico e cultural haviam sido retiradas e que os espaços destinados a atividades recreativas, esportivas e culturais foram reduzidos. Os reclamantes indicaram a falta de informações públicas e consultas públicas adequadas sobre a realização das obras.

### Gestão do MICI em 2021

O MICI informou aos reclamantes que a reclamação não podia ser registrada porque eles não haviam contatado previamente a administração do Grupo BID. Adicionalmente, foi sugerido aos reclamantes encaminhar ao Escritório

de Integridade Institucional (OII) algumas alegações incluídas na reclamação relacionadas a falta de transparência nos processos de licitação e contratação do projeto, que estão fora do escopo do Mecanismo.

### O PROJETO

Operação de empréstimo: **AR-L1148**

Sector: **Desenvolvimento urbano e moradia**

Categoria ambiental: **B**

Financiamento do BID: **180.000.000 USD**

### CRONOLOGIA DA RECLAMAÇÃO

09-Sep-21



2021

## MICI-BID-CO-2021-0179

Concluída

### COLÔMBIA

## Primeira Linha do Metrô de Bogotá - Primeira Seção — Reclamação III

A reclamação, encaminhada ao MICI pelo Escritório de Integridade Institucional (OII) do Grupo BID, foi apresentada por um morador de Bogotá, quem alega um potencial dano ao seu patrimônio e suas condições de vida como resultado da desapropriação da sua moradia para a construção do metrô na capital da Colômbia. Segundo o solicitante, a avaliação da sua propriedade foi feita incorretamente e não considerou o lucro cessante, já que a desapropriação estaria impedindo o seu meio de subsistência. O reclamante também indica que não foi feito nenhum pagamento pela desapropriação, além de incoerências no processo de notificação.

### Gestão do MICI em 2021

A reclamação não foi registrada para permitir que o solicitante estabelecesse o contato inicial com a equipe do projeto.

### O PROJETO

Operação de empréstimo: **CO-L1234**

Sector: **Transporte**

Categoria ambiental: **A**

Financiamento do BID: **70.000.000 USD**

### CRONOLOGIA DA RECLAMAÇÃO

14-Dez-21



2021

## Reclamação não registrada - Informação incompleta

Quando uma reclamação não contém todas as informações necessárias para o registro (parágrafo 14), a Política do MICI concede 10 dias úteis adicionais para complementar a reclamação original. A tramitação da reclamação termina se, após este período, os requisitos não forem cumpridos. Adicionalmente, os reclamantes são informados sobre a possibilidade de retornar ao MICI com uma nova reclamação que inclua todas as informações necessárias.

**MICI-BID-BR-2021-0176**  
Concluída

**BRASIL**

## Projeto de Saneamento, Macrodrenagem e Recuperação Ambiental dos Igarapés e Margens do Rio Parauapebas

A reclamação foi apresentada por um morador de Parauapebas, Pará, Brasil. Na reclamação, o reclamante descreve possíveis danos às condições de vida dos moradores de Parauapebas e arredores decorrentes das desapropriações realizadas sem um plano de reassentamento adequado que incluísse medidas de reparação e indenizações pertinentes.

### Gestão do MICI em 2021

A reclamação foi recebida no final de setembro e o MICI concedeu um prazo adicional de dez dias úteis para o reclamante apresentar as informações necessárias para dar continuidade ao processo. No início de outubro, o MICI concluiu o processamento administrativo, já que não recebeu as informações adicionais requeridas.

Por outro lado, o MICI enviou ao Escritório de Integridade Institucional (OII) algumas alegações mencionadas na reclamação relacionadas com irregularidades e falta de transparência nos processos de licitação, que estão fora do âmbito do Mecanismo.



### O PROJETO

Operação de empréstimo: **BR-L1508**

Setor: **Água e saneamento**

Categoria ambiental: **A**

Financiamento do BID: **70.000.000 USD**

### CRONOLOGIA DA RECLAMAÇÃO

21-Sep-21



Não Registrada

Recebimento

2021

# Anexos



Alto Maipo, Chile

# Anexo 1. Orçamento 2021

Orçamento aprovado e executado para 2021  
Cifras em dólares dos Estados Unidos da América

Rubricas orçamentárias 2021	BID	BID Invest	Total
Salários	1.835.009	-	1.835.009
Gestão de Reclamações	712.291	535.491	1.247.782
Aprendizagem	18.230	3.000	21.230
Divulgação	66.400	34.230	100.630
Fortalecimento Institucional	15.000	1.000	16.000
Fundo de Contingência	50.000	30.000	80.000
<b>Total Orçamento Aprovado + Fundo de Contingência</b>	<b>2.696.930</b>	<b>603.721</b>	<b>3.300.651</b>

EXECUÇÃO 2021	BID	BID Invest	Total
Total Executado	1.789.051	254.946	2.043.997
Fundo de Contingência Executado	-	-	-
<b>Total Executado + Fundo de Contingência Executado</b>	<b>1.789.051</b>	<b>254.946</b>	<b>2.043.997</b>

# Anexo 2. Divulgação em 2021

## Divulgação externa

Mês	Acontecimento
Janeiro	Encontro Regional Da América Central - Guatemala, Honduras e El Salvador
Abril	Conversa MICI com Organizações da Sociedade Civil - espanhol
Abril	Conversa MICI com Organizações da Sociedade Civil - inglês
Maio	Participação na conferência anual da Associação Internacional para Avaliações de Impacto (IAIA)
Maio	Conversa MICI com Organizações da Sociedade Civil – português
Maio	Participação na sessão "Negócios e Direitos Humanos: o papel das Organizações da Sociedade Civil"
Junho	Reunião com Organizações da Sociedade Civil sobre a avaliação da OVE
Junho	Sessão com a IAMnet sobre a avaliação de risco de represálias nas atividades de divulgação
Junho	Apresentação sobre Mecanismos de Prestação de Contas na Universidade do Meio Ambiente, México
Julho	Participação no III Congresso Americano de Mediação
Setembro	Reunião com Organizações da Sociedade Civil sobre a avaliação da OVE e do Plano de Ação do MICI
Setembro	Apresentação do MICI no Diploma em Negócios e Direitos Humanos
Setembro	Reunião Anual de Mecanismos Independentes de Prestação de Contas (IAMS) (organizado pelo Mecanismo de Prestação de Contas do Banco Europeu de Investimento)
Setembro	Inauguração do Diplomado em Negociação, Mediação e Prevenção de Conflitos Empresa-Estado-Comunidade
Outubro	Participação MICI VI Fórum Regional de Negócios e Direitos Humanos para a América Latina e o Caribe
Outubro	Reunião com Organizações da Sociedade Civil sobre a avaliação da OVE e a eliminação da cláusula legal
Outubro	Sessão sobre Salvaguardas Ambientais e Sociais. Diploma em Negociação, Mediação e Prevenção de Conflitos Empresa-Estado-Comunidade
Novembro	Workshop Regional com Organizações da Sociedade Civil do Caribe (dois dias)
Novembro	Sessão do MICI e OVE com Organizações da Sociedade Civil
Dezembro	Apresentação no Diplomado Internacional - Infraestrutura, Participação e Conflito Socioambiental na América Latina (CCC, ICM e FLACSO)

## Divulgação interna

Mês	Acontecimento
Maio	Apresentação no Workshop sobre fundamentos das operações com garantia soberana
Maio	Sessão de <i>onboarding</i> do BID Invest
Setembro	Sessão de intercâmbio de conhecimento entre MICI e BID Invest
Setembro	Apresentação no Workshop sobre fundamentos das operações com garantia soberana
Setembro	Atualização das sessões da Política de Sustentabilidade do BID Invest
Novembro	Sessão de <i>onboarding</i> do BID
Dezembro	Diálogo sobre a avaliação da OVE do MICI em 2021: Achados, recomendações e ações para melhorar a eficácia do mecanismo



**MECANISMO INDEPENDIENTE DE CONSULTA E INVESTIGAÇÃO**

**Correios eletrônicos**

**Para enviar reclamações: [mecanismo@iadb.org](mailto:mecanismo@iadb.org)**

**Para outros tópicos relacionados ao MICI:**

**[AccessMICI@iadb.org](mailto:AccessMICI@iadb.org)**

**Tel.: +1 (202) 623-3952**

**Fax: +1 (202) 312-4057**

**Endereço postal: 1300 New York Ave. NW,**

**Washington, DC., 20577,**

**Estados Unidos.**

**[www.iadb.org/mici](http://www.iadb.org/mici)**